

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
---	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	61
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	69
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.536.679.868
Preferenciais	0
Total	9.536.679.868
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	24.313.881	24.181.463	21.908.932
1.01	Ativo Circulante	627.793	1.606.676	1.462.948
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	57.240	298.794	237.131
1.01.03	Contas a Receber	332.552	300.931	280.934
1.01.03.01	Clientes	332.552	300.931	280.934
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	332.552	300.931	280.934
1.01.06	Tributos a Recuperar	35.686	51.060	110.465
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	35.686	51.060	110.465
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	34.424	36.758	46.496
1.01.06.01.02	Tributos Compensáveis	1.262	14.302	63.969
1.01.07	Despesas Antecipadas	65.809	39.351	37.821
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	136.506	916.540	796.597
1.01.08.03	Outros	136.506	916.540	796.597
1.01.08.03.01	Dispendios reembolsáveis	34.880	830.936	756.227
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	63.855	39.457	22.212
1.01.08.03.03	Depósitos em Garantia	37.771	46.147	18.158
1.02	Ativo Não Circulante	23.686.088	22.574.787	20.445.984
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.007.564	1.182.114	255.504
1.02.01.06	Tributos Diferidos	588.161	620.581	12.340
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	588.161	620.581	12.340
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	209.593	13.531	37.851
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.209.810	548.002	205.313
1.02.01.09.03	Depósitos em garantia	317.557	499.028	152.946
1.02.01.09.05	Tributos compensáveis	1.137	1.156	1.131
1.02.01.09.06	Devedores Diversos	11	15.131	21.457
1.02.01.09.07	Dispêndios reembolsáveis	891.105	32.687	29.779
1.02.03	Imobilizado	21.480.744	21.190.294	19.994.107
1.02.04	Intangível	197.780	202.379	196.373

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	24.313.881	24.181.463	21.908.932
2.01	Passivo Circulante	1.771.949	2.150.215	1.949.105
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.619	2.600	10.101
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.619	2.600	10.101
2.01.01.01.01	Obrigações estimadas com pessoal	0	0	7.826
2.01.01.01.02	Salários e encargos a pagar	2.619	2.600	2.275
2.01.02	Fornecedores	366.195	976.211	1.186.309
2.01.03	Obrigações Fiscais	53.511	31.753	30.744
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	53.511	31.753	30.744
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições sociais	53.511	31.753	30.744
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	602.359	450.779	403.815
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	560.747	440.915	392.446
2.01.04.02	Debêntures	41.612	9.864	11.369
2.01.05	Outras Obrigações	78.333	269.009	206.823
2.01.05.02	Outros	78.333	269.009	206.823
2.01.05.02.04	Cauções em Garantia	0	114.169	95.188
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	0	86.697	46.684
2.01.05.02.06	Credores diversos	9.177	8.567	12.665
2.01.05.02.07	Concessões a pagar	20.649	19.301	17.502
2.01.05.02.08	Encargos regulamentares e setoriais	48.507	40.275	34.784
2.01.06	Provisões	668.932	419.863	111.313
2.01.06.02	Outras Provisões	668.932	419.863	111.313
2.01.06.02.04	Provisões socioambientais	116.454	63.890	111.313
2.01.06.02.05	Provisões para contingências	552.478	355.973	0
2.02	Passivo Não Circulante	15.905.233	15.300.605	13.515.912
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.465.955	14.061.238	12.645.579
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.445.639	10.427.165	9.491.671
2.02.01.02	Debêntures	4.020.316	3.634.073	3.153.908

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.02	Outras Obrigações	626.988	751.457	435.802
2.02.02.02	Outros	626.988	751.457	435.802
2.02.02.02.03	Cauções em garantia	350.157	219.590	184.649
2.02.02.02.04	Adiantamento em clientes	0	260.941	0
2.02.02.02.05	Consessões a pagar	241.439	226.896	209.212
2.02.02.02.07	Impostos e Contribuições	26.737	38.377	41.941
2.02.02.02.08	Obrigações vinculadas à concessão	8.655	5.653	0
2.02.04	Provisões	812.290	487.910	434.531
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	27.868	10.983	9.664
2.02.04.01.05	Provisões para contingências	27.868	10.983	9.664
2.02.04.02	Outras Provisões	784.422	476.927	424.867
2.02.04.02.04	Provisões socioambientais	263.482	266.602	248.169
2.02.04.02.05	Outras provisões	520.940	210.325	176.698
2.03	Patrimônio Líquido	6.636.699	6.730.643	6.443.915
2.03.01	Capital Social Realizado	9.348.150	8.958.150	8.636.904
2.03.02	Reservas de Capital	0	0	68.076
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	68.076
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.711.451	-2.227.507	-2.261.065

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.802.554	2.604.869	2.343.960
3.01.01	Receita Líquida de venda de energia	2.802.554	2.604.869	2.520.600
3.01.02	Compartilhamento de receita líquida relacionada ao 2º cronograma de antecipação	0	0	-176.640
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.818.854	-2.062.792	-3.677.310
3.02.01	Custo com venda de energia elétrica	-961.370	-1.393.144	-3.151.287
3.02.02	Custo de Operação	-857.484	-669.648	-634.828
3.02.03	Compartilhamento de custos relacionados ao 1º cronograma de antecipação	0	0	-81.666
3.02.04	Compartilhamento de custos relacionados ao 2º cronograma de antecipação	0	0	190.471
3.03	Resultado Bruto	983.700	542.077	-1.333.350
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-144.933	-148.941	-137.659
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-145.617	-148.906	-138.023
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	684	-35	30
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	334
3.04.05.01	Compartilhamento de despesas relacionados ao 2º cronograma de antecipação	0	0	334
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	838.767	393.136	-1.471.009
3.06	Resultado Financeiro	-1.290.292	-967.819	-734.602
3.06.01	Receitas Financeiras	146.103	155.818	63.156
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.436.395	-1.123.637	-797.758
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-451.525	-574.683	-2.205.611
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-32.419	608.241	3.383
3.08.02	Diferido	-32.419	608.241	3.383
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-483.944	33.558	-2.202.228
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-483.944	33.558	-2.202.228
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-51,64	3,77	-320,63

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-483.944	33.558	-2.202.228
4.03	Resultado Abrangente do Período	-483.944	33.558	-2.202.228

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	45.047	341.188	-1.928.269
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-626.074	-708.993	-453.768
6.01.01.01	Pagamento de juros ao FNO	-676.563	-622.487	-381.356
6.01.01.02	Pagamento de juros de debêntures	-94.492	-86.506	-72.412
6.01.01.03	Recebimento liminar FID	144.981	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-599.499	-422.004	-332.068
6.01.02.01	Devedores Diversos	-4.986	-10.919	-10.373
6.01.02.02	Consumidores e concessionárias	300.931	280.934	191.677
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	-222.520	22.790	8.652
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.754	9.738	-5.124
6.01.02.05	Tributos compensáveis	13.059	49.642	-61.674
6.01.02.06	Depósitos em garantia	189.847	-374.071	-13.467
6.01.02.07	Dispêndios reembolsáveis	-71	5.522	23.644
6.01.02.08	Provisões socioambientais	-147.270	-47.423	-114.609
6.01.02.09	Adiantamento de clientes	-270.513	300.000	154.789
6.01.02.10	Imposto e contribuições sociais	9.577	-10.554	1.209
6.01.02.11	Fornecedores	-471.936	-636.063	-510.431
6.01.02.12	Salários e encargos a pagar	19	535	170
6.01.02.13	Obrigações com pessoal	0	0	2.085
6.01.02.14	Outros passivos	610	-12.135	1.384
6.01.03	Outros	1.270.620	1.472.185	-1.142.433
6.01.03.01	Prejuízo do exercício antes do IR e da CS	-451.525	-574.683	-2.205.611
6.01.03.02	Juros e variações monetárias, líquidas	1.271.567	962.876	595.696
6.01.03.03	Fornecimento e suprimento de energia elétrica	-421.218	-347.615	-520.478
6.01.03.04	Energia elétrica comprada para revenda	86.724	874.445	306.821
6.01.03.05	Encargos regulamentares e setoriais	11.081	11.144	20.682
6.01.03.06	Depreciação e amortizações	648.932	460.930	368.191
6.01.03.07	Resultado líquido do cronograma de antecipação	0	0	67.501

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01.03.09	Encargo de uso da rede	121.983	73.351	60.788
6.01.03.10	Outros custos operacionais	0	11.675	163.977
6.01.03.11	Provisão contingência	3.076	62	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-390.070	-1.215.352	-1.392.125
6.02.01	Adições ao imobilizado	-360.871	-1.182.907	-1.373.516
6.02.02	Pagamento de uso do bem público	-20.068	-18.289	-17.057
6.02.03	Adições ao intangível	-9.131	-14.156	-1.552
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	103.469	935.827	3.264.148
6.03.01	Aumento do capital do acionista	390.000	253.170	2.777.110
6.03.02	Debêntures	0	0	704.941
6.03.03	Obtenção de empréstimos	138.677	1.060.573	15.000
6.03.04	Pagamento de financiamentos - Principal	-425.208	-377.916	-232.903
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-241.554	61.663	-56.246
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	298.794	237.131	293.377
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	57.240	298.794	237.131

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.958.150	0	0	-2.227.507	0	6.730.643
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.958.150	0	0	-2.227.507	0	6.730.643
5.04	Transações de Capital com os Sócios	390.000	0	0	0	0	390.000
5.04.01	Aumentos de Capital	390.000	0	0	0	0	390.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-483.944	0	-483.944
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-483.944	0	-483.944
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.348.150	0	0	-2.711.451	0	6.636.699

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.704.980	0	0	-2.261.065	0	6.443.915
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.704.980	0	0	-2.261.065	0	6.443.915
5.04	Transações de Capital com os Sócios	253.170	0	0	0	0	253.170
5.04.01	Aumentos de Capital	15.000	0	0	0	0	15.000
5.04.08	Capital a Integralizar	306.246	0	0	0	0	306.246
5.04.09	AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	-68.076	0	0	0	0	-68.076
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.558	0	33.558
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.558	0	33.558
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	8.958.150	0	0	-2.227.507	0	6.730.643

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.927.870	0	0	-58.837	0	5.869.033
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.927.870	0	0	-58.837	0	5.869.033
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.202.228	0	-2.202.228
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-2.202.228	0	-2.202.228
5.05.02.06	Prejuízo do exercício	0	0	0	-2.202.228	0	-2.202.228
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	2.777.110	0	0	0	0	2.777.110
5.06.04	Capital subscrito	3.190.000	0	0	0	0	3.190.000
5.06.05	Capital a integralizar	-480.966	0	0	0	0	-480.966
5.06.06	AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	68.076	0	0	0	0	68.076
5.07	Saldos Finais	8.704.980	0	0	-2.261.065	0	6.443.915

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	4.159.463	4.640.054	5.436.846
7.01.02	Outras Receitas	3.223.392	2.976.931	2.889.498
7.01.02.01	Receitas operacionais	3.222.707	2.976.967	2.889.468
7.01.02.02	Outras receitas	685	-36	30
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	936.071	1.663.123	2.547.348
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.798.040	-2.796.957	-5.877.666
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.567.576	-1.810.574	-5.560.978
7.02.04	Outros	-230.464	-986.383	-316.688
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.361.423	1.843.097	-440.820
7.04	Retenções	-648.932	-460.930	-368.191
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	0	-368.191
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.712.491	1.382.167	-809.011
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	158.439	200.611	95.923
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.870.930	1.582.778	-713.088
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.870.930	1.582.778	-713.088
7.08.01	Pessoal	84.499	67.306	67.986
7.08.01.01	Remuneração Direta	66.548	51.271	56.607
7.08.01.02	Benefícios	13.996	12.975	8.453
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.955	3.060	2.926
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	439.220	-257.131	100.998
7.08.02.01	Federais	263.237	-398.717	-22.336
7.08.02.02	Estaduais	175.470	141.133	123.052
7.08.02.03	Municipais	513	453	282
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.831.155	1.739.045	1.320.156
7.08.03.01	Juros	1.825.229	1.731.082	1.314.346
7.08.03.02	Aluguéis	5.926	7.963	5.810
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-483.944	33.558	-2.202.228
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-483.944	33.558	-2.202.228

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia" ou "SAE") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Para a SAE o ano de 2016 foi marcado por grandes conquistas, dentre elas a finalização de um projeto grandioso, cheio de desafios e superações, a entrada em operação comercial da 44ª turbina e a finalização da implantação das 6 turbinas adicionais. Essas têm sua geração dedicada exclusivamente para Rondônia e Acre, contribuindo para a segurança e estabilidade do sistema elétrico regional, totalizando 50 turbinas com capacidade instalada de 3.568 MW.

A SAE manteve seu foco na conclusão de um dos mais importantes projetos do PAC, dentro do cronograma estabelecido junto à ANEEL, sendo a UHE Santo Antônio, a quarta maior Usina Hidrelétrica do Brasil em energia assegurada e a primeira do mundo em sustentabilidade, com reconhecimento do IHA – *International Hydropower Association*. Segundo dados operacionais do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), finalizamos o ano de 2016 com geração efetiva total de 11.906.975 MWh, fomos a 4ª maior geradora hidráulica no ranking de geração.

Agora somos uma Companhia 100% operacional, graças ao engajamento de todos os colaboradores diretos e indiretos que mantiveram seu foco na finalização da construção da usina e no aprimoramento da operação e manutenção.

O ano de 2016 também foi marcado por uma significativa melhora no desempenho da usina, obtendo uma redução de 74% no número de falhas das unidades geradoras, devido ao aperfeiçoamento e aprimoramento dos processos internos de operação e manutenção, mapeados no Sistema de Gestão Integrado (SGI). Esse fato também possibilitou a melhora do Fator de Disponibilidade (FID) da usina apurado em 98,69%¹(Dezembro/16).

Além da operação e manutenção da usina, também mantivemos nosso compromisso com as questões sócio ambientais relacionadas ao empreendimento e comunidades pertencentes à área de abrangência, tendo o reconhecimento pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, responsável pelo acompanhamento das ações relacionadas a estes assuntos, através da renovação da Licença de Operação da usina por um período de 10 anos.

Encerramos 2016 com uma melhora significativa em nossos resultados financeiros, alcançamos um EBITDA de R\$ 1.488 milhões, R\$ 634 milhões superior ao ano de 2015, o que representa um incremento de 74% e uma margem EBITDA de 53%.

Tudo isso é apenas o início de um novo ciclo, com a UHE Santo Antônio 100% em sua capacidade plena, reforça ainda mais a nossa busca pela excelência na qualidade dos serviços de operação, manutenção, e geração de energia. Uma geração de fonte limpa e renovável, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros.

Agradecemos a confiança e o apoio recebido de nossos integrantes, clientes, acionistas, investidores, credores e fornecedores, que nos ajudaram a manter a SAE ainda mais forte para enfrentar os próximos desafios.

¹ Este percentual está calculado considerando as premissas da Liminar obtida junto ao TRF1- 1ª onde considera, dentre outros, o expurgo de indisponibilidade ocorrido no período da cheia histórica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

A SAE é uma sociedade de propósito específico, constituída em janeiro de 2008, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implantação da UHE Santo Antônio, Rio Madeira, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica.

A construção da UHE Santo Antônio, com a implantação de turbinas do tipo “Bulbo” – que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água (barragem a fio d’água) – teve seu início no segundo semestre de 2008. Vale ressaltar que a tecnologia utilizada na implantação minimiza os impactos ambientais se comparados a outros métodos utilizados para usinas hidrelétricas, uma vez que as áreas alagadas são de menor proporção.

Em 31 de dezembro de 2016, a UHE Santo Antônio possuía 50 unidades geradoras, sendo 44 em operação comercial, e 06 em teste, alcançando sua capacidade plena de produção de energia.

Depois de oito anos de construção sobre o leito do Rio Madeira, a hidrelétrica foi concluída com capacidade instalada de 3.568 MW – energia de fonte limpa e renovável, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros.

Todas as turbinas em operação na UHE Santo Antônio possuem rendimentos comprovados perante o Poder Concedente, e não apresentam qualquer limitação de desempenho. O rendimento das turbinas utilizadas em Santo Antônio tem se apresentado superior àquele para o qual foram projetadas, como pode ser verificado na tabela abaixo:

Turbina	Potência Unitária Teórica (EDITAL)	Potência Unitária Teórica (AUFERIDA)
5 pás	69,59 MW	70,24 MW
4 pás	73,28 MW	73,71 MW

O Contrato de Concessão tem duração de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 13 de junho de 2008.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2016 continuou sendo marcado pela instabilidade econômica com a deterioração dos indicadores e potencializou-se com a crise política que aumentou a incerteza do mercado sobre a recuperação da economia brasileira.

No Brasil, o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, principal índice de inflação e que serve de base para a meta estabelecida pelo Ministério da Fazenda, fechou o ano em 6,28%. Esse índice é utilizado na Companhia para correção de preços dos contratos de venda de energia, de serviços prestados e correção das debêntures.

Além do IPCA, outros principais indicadores utilizados pela Companhia são TJLP e CDI. No ano de 2016 o Conselho Monetário Nacional (CMN) elevou a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), principal indicador de empréstimos do BNDES, para 7,5% durante todo o período, impactando o aumento das despesas financeiras. No mesmo período de 2015, esse indicador iniciou com 5,5% e após alguns aumentos terminou o ano em 7,0%.

O CDI acumulado também sofreu um aumento em 2016, quando comparado ao mesmo período de 2015, apontando uma variação positiva de 0,76% de 13,24% ao ano para 14,00% ao ano.

O PIB em 2016 foi de -3,60% influenciado principalmente pelo forte recuo dos investimentos e consumo das famílias. Para 2017, está previsto um crescimento de 0,50%⁽ⁱ⁾. A queda do PIB

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

em 2016 marca a primeira vez que o país registra dois anos seguidos de retração no nível de atividade da economia. No ano de 2015, a retração do PIB foi de 3,8%, a maior em 25 anos.

(i) Relatório de Mercado FOCUS

SETOR ELÉTRICO E REGULAMENTAÇÃO

2016 foi um ano de muitos desafios para o setor elétrico, pois apresentou um cenário hidrológico desfavorável, com os reservatórios em níveis baixos, o que exigiu a maximização do despacho de energia térmica, o que vem ocorrendo desde outubro/12.

Em contrapartida, houve uma leve melhora no PLD e na redução da inadimplência devido à repactuação do risco hidrológico, o que permitiu o restabelecimento das liquidações na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) paralisadas em razão da judicialização do setor em função do risco hidrológico.

As usinas hidrelétricas foram impactadas severamente, com o nível de armazenamento abaixo da média dos últimos anos, levando o Operador Nacional do Sistema (ONS) a priorizar o despacho de energia através das usinas termoeletricas, com o intuito de tentar recuperar e/ou preservar os níveis dos reservatórios para os períodos mais secos. A restrição de geração imposta pelo período hídrico desfavorável, aliada à decisão do ONS de despachar grandes volumes de energia pelas usinas termoeletricas, expôs as hidrelétricas ao mecanismo denominado MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, que continuou a gerar grandes impactos financeiros para os agentes geradores.

No ano de 2016, no entanto, esse impacto foi parcialmente mitigado para os agentes que aderiram ao acordo da Repactuação do Risco Hidrológico (Medida Provisória nº 688, convertida na Lei nº 13.203, em 8 de Dezembro de 2015). A lei foi aplicada de forma retroativa, compensando assim o gerador por parte do volume pago referente ao GSF do ano de 2015, cujo valor, no caso da SAE, foi de R\$ 483 milhões. Essa compensação se dará através de uma postergação no início do pagamento do prêmio de risco correspondente a 9,4 anos.

A adesão, pela SAE, à repactuação do Risco Hidrológico no produto SP93, protege exposições aos GSF's mais profundos que 93%, considerando o volume de 1.552,60 MWm (relativo ao Ambiente de Contratação Regulado – ACR das 44 UG's). A referida adesão teve um impacto positivo de aproximadamente R\$ 118 milhões no exercício de 2016, reduzindo assim os valores das liquidações da CCEE.

COMENTÁRIO SOBRE O DESEMPENHO

Número de Turbinas e Volume Vendido

A SAE terminou o ano de 2016 com 3.568 MW de capacidade instalada, contando com 44 turbinas em operação comercial e 6 turbinas em teste, totalizando 50 turbinas, frente a 35 turbinas em operação em 2015. O volume vendido em 2016 foi de 19.828.519 MWh

Receita Operacional Líquida

A receita operacional da UHE Santo Antônio é composta pela comercialização de energia elétrica nos ambientes regulado e livre. No ano de 2016, a receita operacional líquida da Companhia alcançou R\$ 2.803 milhões e no ano de 2015 R\$ 2.605 milhões, o que demonstra um incremento de 7,6%.

A Companhia já comercializou 100% do volume de energia assegurada, por meio da celebração de contratos no ACR e ACL. Do volume de garantia física do projeto original (2.218 MW médios), 30% foram vendidos com prazos superiores a 12 anos até 2027 e os 70% restantes, até 2041. O Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA), que se refere à expansão da usina, incrementou 206,2 MW médios de garantia física. Deste volume, 65% foram vendidos no ACR, em contratos com prazo de 35 anos até 2046 (após o prazo da concessão), e 35% foram comercializados no ACL com prazo até 2029.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho*Custo com Venda de Energia Elétrica*

O custo com venda de energia elétrica, em 2016, foi de R\$ 961 milhões, e no ano de 2015 R\$ 1.393 milhões, representando uma redução significativa de 31%, decorrente principalmente, da redução do preço da energia spot (PLD), que passou de R\$ 288,00/MWh (preço médio) em 2015 para um preço médio de R\$ 93,91/MWh em 2016. Além disso, tivemos uma redução do GSF devido à repactuação do risco hidrológico, limitando o GSF para o ACR em 7%, sendo que em 2015 foi de 15,49%.

Custo de Operação

O custo de operação em 2016 apresentou um incremento de 28% quando comparado ao mesmo período de 2015, sendo R\$ 857 milhões e R\$ 669 milhões respectivamente. Esse incremento é decorrente da depreciação e amortização, que é proporcional ou número de turbinas.

A composição do custo de operação tem como principais itens: (i) depreciação e amortização, R\$ 647 milhões; (ii) custos com pessoal de operação e manutenção, R\$ 56 milhões; (iii) serviços de terceiros de operação e manutenção, R\$ 48 milhões; e (iv) gastos com materiais e outros, R\$ 106 milhões.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas (G&A) ficaram em linha entre 2015 e 2016, sendo R\$ 149 milhões e R\$ 146 milhões respectivamente.

Receita Financeira

A receita financeira da Companhia foi ligeiramente menor em 6% na comparação entre os anos de 2015 e 2016, passando de R\$ 156 milhões para R\$ 146 milhões. Tal diferença se deve principalmente à redução do volume do caixa médio da Companhia no ano de 2016.

Despesa Financeira

A despesa financeira da Companhia apresentou um incremento de 28% quando comparado ao ano de 2015, passando de R\$ 1.123 milhões para R\$ 1.436 milhões, resultado do aumento do número de turbinas de 35 em 2015 para 44 em 2016, cujas despesas financeiras são alocadas no resultado, proporcionalmente ao número de turbinas. Além desse fator, tivemos também no ano de 2016 um custo maior com a alta da TJLP e um montante maior de financiamento.

EBITDA

No ano de 2016 o EBITDA totalizou R\$ 1.488 milhões, representando um aumento significativo de R\$ 634 milhões, 74% em relação ao mesmo período de 2015 conforme demonstrado a seguir:

R\$ Mil	2016	2015
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(483.944)	33.558
(+) Despesas financeiras líquidas	1.290.292	967.819
(+) Imposto de renda e contribuição social	32.419	(608.241)
(+) Depreciação e amortização	648.932	460.930
EBITDA	1.487.699	854.066
Receita líquida	2.802.554	2.604.869
Margem EBITDA	53%	33%

Essa melhora do EBITDA ocorreu principalmente pela redução dos Custos com Venda de Energia Elétrica, conforme citado anteriormente.

Relatório da Administração/Comentário do DesempenhoLucro Líquido

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um prejuízo de R\$ 484 milhões. Quando comparado ao ano de 2015, a SAE obteve um lucro líquido de R\$ 34 milhões, cujo resultado foi impactado principalmente pelo reconhecimento do Imposto Diferido no valor de R\$ 608 milhões. Excluindo o reconhecimento do Imposto Diferido de 2015, o resultado de 2016 apresentou uma melhora de R\$ 90 milhões.

A UHE Santo Antônio foi implementada na modalidade *Project Finance*, onde o resultado nos primeiros anos de operação é fortemente impactado pelas despesas financeiras, que serão reduzidas com o passar dos anos, após amortização gradual.

Empréstimos e financiamentos

Em dezembro de 2016, a Companhia possuía saldo de dívidas conforme demonstrado abaixo:

Origem	Custo	Dívida Bruta 2016	Dívida Bruta 2015
BNDES		10.394	10.234
BNDES Direto	TJLP + 2,40%	5.127	5.047
BNDES Repasse	TJLP + 3,30%	5.293	5.213
(-) Custos de transação a amortizar		-26	-25
FNO	10% Pré-fixado	613	634
Debêntures		4.062	3.644
1ª Emissão		2.650	2.325
1ª Série	IPCA + 6,5%	1.353	1.187
2ª Série		1.297	1.138
2ª Emissão	IPCA + 6,2%	560	524
3ª Emissão		869	815
1ª Série	IPCA + 7,05%	248	233
2ª Série	IPCA + 7,49%	621	583
(-) Custos de transação a amortizar		-18	-20
Total Dívida Bruta		15.069	14.512
Caixa e Equivalentes de Caixa		57	299
Total Dívida Líquida		15.012	14.213

A dívida líquida (dívida bruta descontada das disponibilidades da Companhia), em 31 de dezembro de 2016, correspondia a R\$ 15.012 milhões frente à R\$ 14.213 milhões em 31 de dezembro de 2015.

O BNDES é a conta mais significativa do Passivo, representando 43% em 2016, com saldo de R\$ 10.394 milhões, praticamente em linha com o ano de 2015, cujo saldo era de R\$ 10.234 milhões.

As debêntures, cujo saldo de R\$ 4.062 milhões contempla as três emissões de debêntures da Companhia, incluindo os juros incorridos, e representa aproximadamente 17% do Passivo total em 2016. A variação de 11% em relação a 2015, cujo saldo era de R\$ 3.644 milhões, é justificada principalmente dos juros incorridos do período e capitalizados.

A Companhia monitora o indicador Dívida Líquida / Patrimônio Líquido, o qual é utilizado como métrica de alavancagem financeira. Nos termos da escritura da 1ª emissão de debêntures da Companhia, este indicador deve ser mantido em um valor inferior a 3,5. A Companhia tem respeitado esta restrição, como demonstrado abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Dívida Líquida / PL**

2016	2015
2,26	2,11

Além do indicador Dívida Líquida / Patrimônio Líquido, a companhia possui nos contratos de financiamento a obrigação de cumprir também o indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total igual ou superior a 20%.

PL / ATIVO TOTAL

2016	2015
27,3%	27,8%

Outro indicador importante que a companhia possui em seus contratos de financiamento e nas escrituras das debêntures é a obrigação da manutenção do Índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida (ICSD) maior que 1,2 vezes.

ICSD (EBITDA / Serviço da Dívida)

R\$ Mil	2016	2015
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(483.944)	33.558
(+) Despesas financeiras líquidas	1.290.292	967.819
(+) Imposto de renda e contribuição social	32.419	(608.241)
(+) Depreciação e amortização	648.932	460.930
EBITDA	1.487.699	854.066
Serviço da Dívida	1.196.263	1.086.909
ICSD	1,24x	0,79x

O Capital Circulante Líquido (CCL), que corresponde ao Ativo Circulante subtraído do Passivo Circulante, evoluiu como segue:

CCL (R\$ mil)

2016	2015
(1.144.156)	(543.539)

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.144.156, decorrente, principalmente, da conta "Fornecedores" (Nota 13), "Empréstimos e financiamentos" (Nota 14.1) e Provisão para contingências (Nota 20). Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Companhia conta com a decisão favorável no âmbito administrativo da ANEEL, conforme 34ª Reunião Pública Ordinária, na qual espera reverter tal passivo (nota 20 item (i)) FID Fator de Disponibilidade R\$ 552 milhões, liberação de recursos da conta reserva do serviço da dívida que serão substituídos por fiança bancária e com geração operacional de caixa.

Fornecedores

A conta de Fornecedores apresentou saldo em 2016 de R\$ 662 milhões, uma redução de 32% em relação a 2015, cujo saldo era de R\$ 976 milhões. Esta redução de R\$ 314 milhões é referente a liquidação de diversos compromissos e reflete a redução dos investimentos em fase final do empreendimento.

Concessões a Pagar

A rubrica de Concessões a pagar trata da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão, para a utilização do bem público ("UBP") para a geração de energia elétrica na UHE Santo Antônio, de recolher à União o pagamento total fixado de R\$ 379 milhões, em parcelas mensais iguais, sendo exigida a partir da entrada em operação comercial da primeira

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão descontado à taxa de 6,94% a.a. Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo.

Os valores originais contratados, atualizados monetariamente pela variação anual do IPCA, estão sendo pagos em 375 parcelas mensais a partir de abril de 2012.

A variação de 6% entre 2015 e 2016, passando de R\$ 246 milhões, para R\$ 262 milhões, se justifica tanto pela atualização monetária, quanto pela amortização do saldo.

		<i>R\$ mil</i>
UBP	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	20.649	19.301
Não Circulante	241.439	226.896
TOTAL	262.088	246.197

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da SAE em 2016 foi impactado pelo aporte de recursos dos acionistas no montante R\$ 390 milhões e pelo prejuízo acumulado do período de R\$ 484 milhões, totalizando R\$ 6.637 milhões, em linha com o ano de 2015 no montante de R\$ 6.730 milhões.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados em 2016 somaram R\$ 537 milhões, montante inferior aos investimentos ocorridos nos anos anteriores, devido à conclusão (100%) da UHE Santo Antônio, e foram financiados com capital próprio, geração operacional de caixa, e pela liberação de recursos do BNDES e bancos repassadores no valor de R\$ 130 milhões.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos termos do Estatuto Social da SAE, o Conselho de Administração é composto atualmente por 11 membros efetivos além de seus respectivos suplentes, com mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição dos membros do Conselho de Administração. No mínimo 20% deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e expressamente declarados como tais na ata de Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º, e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A UHE Santo Antônio foi estruturada para produzir energia elétrica e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico nacional e regional. É a quarta maior Usina Hidrelétrica do Brasil em geração efetiva e a primeira do mundo em sustentabilidade, com reconhecimento do IHA – *International Hidropower Association*. Além de abastecer o Sudeste e as demais regiões do país com 44 turbinas, 6 turbinas têm sua geração dedicada exclusivamente para Rondônia e Acre, contribuindo para a segurança e estabilidade do sistema elétrico regional.

Com a implantação da 50ª turbina, finalizada em dezembro de 2016, última unidade geradora que faz parte da ampliação, a Hidrelétrica Santo Antônio alcança sua capacidade plena de produção de energia. Essa conquista também é um marco da superação dos desafios pioneiros para implantar uma grande hidrelétrica em plena Amazônia.

A política ambiental da Companhia está inserida no Sistema Integrado de Gestão (SGI), onde é possível identificar e gerenciar os riscos do negócio e seus impactos ao meio ambiente, sociedade, à saúde e segurança dos profissionais e à qualidade de seus produtos e serviços.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Por isso, tão importante quanto as suas características técnicas, é o relacionamento que mantém com a comunidade local e que se materializou sob a forma de programas específicos para compensação e mitigação dos impactos sociais, econômicos e ambientais.

No total, serão investidos aproximadamente R\$ 2 bilhões em sustentabilidade, alocados em Compensação Social, Compensação Ambiental, e nos 28 programas que constam do Projeto Básico Ambiental (PBA), incluindo o Programa de Remanejamento da População Atingida.

Responsabilidade Ambiental – a legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelos responsáveis por empreendimentos que utilizem recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidoras, ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental utilizadores de recursos naturais, e que, se violados, podem sujeitar a Companhia a sanções administrativas, civis e criminais. Em maio/2016, a Santo Antônio Energia recebeu a sua 1ª Renovação da Licença de Operação 1044/11 IBAMA, com validade de 10 anos, comprovando o cumprimento suas obrigações legais e a transparência no processo de licenciamento.

Além das ações para atendimento às obrigações legais, a Santo Antônio aderiu a diversos Padrões Internacionais de Sustentabilidade. Abaixo algumas iniciativas ambientais adotadas pela Companhia:

a. Princípios do Equador: conjunto de regras e diretrizes estabelecidas em 2003 por um grupo internacional de bancos, juntamente com a *International Finance Corporation* ("IFC"), subsidiária do Banco Mundial, por meio dos quais se estabeleceu parâmetros socioambientais para a concessão de crédito aos empreendimentos eventualmente lesivos ao ambiente. A SAE é submetida semestralmente a uma Auditoria Socioambiental Independente, solicitada pelos Agentes financiadores do projeto, onde a mesma realiza inspeções *in loco*, em atendimento aos Princípios do Equador.

b. Emissão de Créditos de Carbono (ONU): A UHE Santo Antônio com a operação na cota 70,5m tem uma relação de potência nominal instalada/área de reservatório de 8,88W/m², que é o dobro da eficiência energética mínima para gerar créditos de carbono (4W/m²), graças ao uso da turbina bulbo, responsável por gerar energia utilizando a vazão do rio e dispensando a formação de um grande reservatório. A Companhia obteve a autorização para o registro na Organização das Nações Unidas ("ONU") para participar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo ("MDL").

Com o aval da ONU, a UHE Santo Antônio foi a primeira usina de grande porte e em operação comercial no Brasil a gerar efetivamente créditos de carbono para o mercado global, sendo que, de todos os créditos emitidos (1.057.929 CERs), foram comercializados 833.603 CERs em 2016.

Dentre as atividades de destaque no ano de 2016, ressalta-se:

a) Exibição de Documentário Científico

Cerca de mil acadêmicos das universidades de Porto Velho, assistiram o documentário, com o intuito de compartilhar o resultado das pesquisas realizadas durante oito anos de trabalho dentro do Programa de Conservação da Ictiofauna, um dos 28 que compõem o PBA. O vídeo, de 20 minutos de duração, foi feito durante uma expedição de biólogos e pescadores que, durante 20 dias, percorreram de barco mais de 800 quilômetros da bacia do rio Madeira, de Rondônia até o Amazonas.

b) Exposições Temáticas

Foram realizadas no shopping de Porto Velho, em períodos distintos do ano de 2016, visitas por milhares de pessoas:

- Arqueologia no Alto Rio Madeira: fragmentos e artefatos resgatados em cerca de 50 sítios arqueológicos encontrados na área da hidrelétrica, utilizados no período de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Todo o material foi resgatado pelo Programa de Preservação do Patrimônio Histórico, Pré-Histórico e Arqueológico da empresa, iniciado em 2009.

- Exposição Peixes do Rio Madeira: mostra de espécies de peixes do rio Madeira e tributários.
- História da SAE: a exposição marcou a conclusão da implantação da Hidrelétrica Santo Antônio e o início da geração plena.

c) Sistema de Transposição de Peixes (STP) e Resgate da Ictiofauna

Com a finalidade de otimizar e facilitar a transposição de peixes, em especial *Brachyplatystoma rousseauxii* (dourada), foi realizada manutenção nos defletores do STP, no qual foram substituídos os gabiões por matacões, possibilitando o melhor transito da espécie durante sua migração. Estão sendo monitorados 472 indivíduos pela rede de telemetria combinada no rio Madeira, sendo os principais, 103 indivíduos de *B. platynemum* (babão), 129 indivíduos de *B. rousseauxii* (dourada) e 100 indivíduos de *B. vaillantii* (piramutaba).

d) Entrega da Agroindústria de Processamento de Frutas – Comunidade Cujubim Grande:

istante 40 quilômetros de Porto Velho, a agroindústria processa frutas produzidas na região – açaí, abacaxi, acerola, cupuaçu, caju, cajá, goiaba. A processadora de polpas é administrada pela Cooperativa do Agroextrativismo do Baixo e Médio Madeira (COOMADE) e tem capacidade de processar 600 quilos de matéria prima por hora. Configura-se como a maior Agroindústria do Estado, neste segmento, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Essa ação tem como objetivo o fortalecimento das comunidades ribeirinhas localizadas no médio e baixo Madeira, região a jusante da Hidrelétrica Santo Antônio.

e) Entrega Atracador Flutuante – Distrito Calama:

Entregue à Cooperativa do Agroextrativismo do Baixo e Médio Madeira – COOMADE, em Calama, onde está sendo implantada uma unidade agroindustrial de beneficiamento de babaçu. Mais uma ação realizada pelo Programa de Ações à Jusante.

f) Destaques do Programa de Remanejamento da População e do setor Fundiário:

- Conclusão das indenizações fase água do PBCA - 199 imóveis;
- Celebração de Termo de Compromisso para disponibilização de auxílio financeiro para manutenção de 187 imóveis do reassentamento Parque dos Buritis;
- Aquisição de áreas para compor reserva legal dos reassentamentos, em cumprimento à condicionante de Licença de Operação, do IBAMA.

Geração de Empregos Diretos e Indiretos

A Companhia, ao final de 2016, tinha 451 integrantes, dos quais 82% estavam localizados em Porto Velho. O perfil educacional do seu quadro de integrantes contempla 43% com nível superior completo e 5% em formação, além de 27% com formação técnica e 24% com ensino médio.

A SAE mantém programas de treinamentos para todos os seus níveis hierárquicos, sendo que o investimento em educação, realizado em 2016, foi superior a R\$ 1 milhão.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em cada exercício social no montante de 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% de reserva legal, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o seu Estatuto Social.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em função de restrições previstas em contratos de financiamentos em que figura como devedora e nas escrituras de debêntures de sua emissão, a Companhia não pode, sem expressa autorização do BNDES, do banco líder dos repasses de recursos do BNDES, do Banco da Amazônia e sem aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em montante acima do previsto na Lei das Sociedades por Ações, 25% do lucro líquido, após deduzida a reserva legal de 5%.

A Companhia foi constituída em 2008 e possuía prejuízos acumulados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Por esta razão, não houve pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas.

ADERÊNCIA À CAMARA DE ARBITRAGEM

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da SAE, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A SAE adota procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes, tais como consultar os auditores independentes para assegurar que a realização da prestação destes e de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração a escolha e destituição dos auditores independentes.

Durante o exercício de 2016 foram prestados outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. Os honorários desses serviços não são significativos representando menos de 15% do total dos honorários relacionados à auditoria externa.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria estatutária da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foram apresentadas ao Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de março de 2017, e que será oportunamente submetida à deliberação em AGOE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SAE agradece o empenho de todos seus integrantes e acionistas e o apoio de seus clientes, fornecedores, credores, bem como às entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2016.

São Paulo, 10 de maio de 2017.

A Administração

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Santo Antônio Energia S.A. (“Companhia” ou “SAE”) é uma sociedade anônima de capital aberto, “Categoria B”, nos termos da Instrução CVM 480, constituída em 17 de janeiro de 2008, com sede no município de São Paulo, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado.

O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008.

(a) Capacidade de geração

A construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, que prevê capacidade mínima instalada de 3.568 MW, com a implantação de 50 turbinas do tipo “Bulbo” que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água, teve seu início no segundo semestre de 2008. A garantia física de energia da UHE Santo Antônio, após completa motorização, é de 2.424,2 MW médios.

Em 31 de dezembro de 2016, a UHE Santo Antônio possui 44 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.218 MW médios de garantia física. Em comparação ao mesmo período do exercício anterior, a UHE Santo Antônio operou em 2015 com 35 unidades geradoras adicionais.

Em 03 de janeiro de 2017, a UHE Santo Antonio possui 50 unidades geradoras em operação comercial, alcançando sua capacidade plena de geração de 2.424,2 MW médios de garantia física.

(b) Comercialização de energia elétrica

A energia elétrica produzida é comercializada pela Companhia, na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão.

Em cumprimento ao edital de leilão nº 05/2007 da UHE Santo Antônio, que prevê a comercialização de 70% (1.552,6 MW médios) da energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (2.218 MW médios) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, em 25 e 28 de julho de 2008, foram assinados, por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, com as 32 compradoras participantes do Leilão nº 05/2007 - ANEEL.

O saldo de 30% da energia assegurada do projeto original (665,4 MW médios) foram comercializados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs.

A Energia referente à ampliação da UHE Santo Antonio (206,2 MW médios), foi comercializada através do 19º leilão de energia A-3 realizado em 06 de junho de 2014, no qual a Companhia vendeu 129,6 MW médios de energia líquidos de perda. Os 70 MW médios restantes foram comercializados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs.

A SAE possui 100% da sua garantia física comercializada, sendo 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Créditos de carbono

A Companhia obteve, em 2013, a autorização para o registro na Organização das Nações Unidas (“ONU”) para participar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (“MDL”). Com o aval da ONU, a UHE Santo Antônio foi a primeira usina de grande porte e em operação comercial no Brasil a gerar efetivamente créditos de carbono para o mercado global. De acordo com a metodologia do MDL, o volume de créditos equivale à quantidade de gases de efeito estufa não emitida na atmosfera, ampliando a oferta de energia gerada de fonte limpa e renovável.

No período 2016 a Companhia comercializou 833.603 (oitocentos e trinta e três mil e seiscentos e três) créditos de carbono na *United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC)*.

A UHE Santo Antônio com a operação na cota tem uma relação de potência nominal instalada/área de reservatório de 8,88 W/m², que é o dobro da eficiência energética mínima para gerar créditos de carbono (4 W/m²), graças ao uso de turbinas do tipo bulbo, responsável por gerar energia utilizando a vazão do rio, dispensando a formação de um grande reservatório.

(d) Programa de *Compliance* da Companhia

No que se refere à Lei 12.846/13, a Companhia possui um Programa de Integridade que consiste em um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos que tem como um de seus objetivos detectar, evitar e sanar irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, a fim de deixar as demonstrações financeiras livres de distorções relevantes. Especificamente no que se refere aos controles e mecanismos para garantir que o valor do seu ativo imobilizado esteja livre de irregularidades e que o seu montante consignado nas demonstrações financeiras reflita adequadamente o valor correto, a Companhia possui implementados: (i) processo de verificação mensal, com emissão de relatório de acompanhamento de engenharia preparado por empresa externa e independente, contratada no âmbito dos contratos de financiamento da Companhia, que acompanha o cronograma físico e financeiro do empreendimento; (ii) procedimento de inventário, validação e unitização dos componentes do ativo imobilizado realizado nos termos das regras estabelecidas pela ANEEL a partir do MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico); e (iii) comprovações realizadas pelos agentes financiadores a partir da análise das notas fiscais e demais documentos, com o objetivo de confirmar a aplicação dos recursos no projeto de Construção da UHE Santo Antônio. A Companhia possui um Comitê de Ética que tem por finalidade promover a legitimação, o cumprimento e o aprimoramento das orientações de seu Código de Conduta, bem como analisar e julgar casos de violação deste, por integrantes, parceiros, terceiros, contratados.

(e) Aprovação das demonstrações financeiras

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria estatutária da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que foram apresentadas ao Conselho de Administração em reuniões realizadas em 16 de março de 2017 e em 28 de abril 2017, e aprovadas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) da Controladora em 28 de abril de 2017.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As políticas contábeis específicas de rubricas apresentadas no balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração dos fluxos de caixa estão sendo apresentadas em suas respectivas notas explicativas.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”. Adicionalmente, foram considerados aspectos da legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras companhias do setor elétrico.

Nas presentes demonstrações financeiras, a Administração está evidenciando apenas as informações relevantes utilizadas na gestão da Companhia.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo *IASB* mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do *IFRS 9* foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no *IAS 39*, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O *IFRS 9* mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O *IFRS 9* abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

(b) Correção de erros

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha registrado contabilmente como “dispêndios reembolsáveis” no ativo circulante o valor de R\$ 891.105, líquido de perda por *impairment* (Nota 8).

Considerando a discussão do tema na Arbitragem (21511/ASM e 21673/ASM) da SAE contra o Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), cujo processo é revestido de confidencialidade, e a inexistência de evidências objetivas que suportem a expectativa de recebimento desse valor nos próximos doze meses, a Companhia concluiu que o referido valor não deveria estar classificado no ativo circulante e, por esta razão, retifica o erro e reclassifica os “dispêndios reembolsáveis” no valor de R\$ 891.105 para o ativo não circulante.

Consequentemente, considerando esse contexto e por recomendação do Conselho de Administração da Companhia em 28 de abril de 2017, a Companhia optou também por reclassificar todas as obrigações de curto prazo com o CCSA no valor de R\$ 636.831 para o longo prazo. Dessa forma, o saldo dos créditos e débitos da Companhia com o CCSA foi reclassificado integralmente para o ativo e passivo não circulantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2016 (Notas 8, 13, 17 e 21).

(c) Efeitos da reapresentação

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

	Nota	31 de dezembro de 2016	Ajustes	31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)
Balanço Patrimonial				
Ativo				
Circulante				
Dispêndios reembolsáveis	8	925.985	(891.105)	34.880
Não Circulante				
Dispêndios reembolsáveis	8		891.105	891.105
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	13	661.723	(295.528)	366.195
Cauções em garantia	17	115.891	(115.891)	
Outras provisões	21	225.412	(225.412)	
Não Circulante				
Cauções em garantia	17	234.266	115.891	350.157
Outras provisões	21		520.940	520.940

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Ativos financeiros - Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados inicialmente pelos seus valores justos e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.3 Perda (*Impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram identificadas pela Administração indicadores que pudessem requerer o registro de perdas para os ativos não financeiros.

2.4 Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem requerer o registro de perdas para os ativos financeiros. No entanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Administração reconheceu *impairment* em "Dispendios reembolsáveis" (Nota 8).

2.5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos no atual exercício social, estão relacionadas a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Nota 10), vida útil econômica de bens do ativo imobilizado (Nota 11), Provisões socioambientais (Nota 19) e Provisões para contingências (Nota 20).

2.6 Capital circulante líquido - CCL negativo

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.144.156, decorrente, principalmente, da conta “Fornecedores” (Nota 13), “Empréstimos e financiamentos” (Nota 14.1) e Provisão para contingências (Nota 20).

Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Companhia conta com a decisão favorável no âmbito administrativo da ANEEL, conforme 34ª Reunião Pública Ordinária, na qual espera reverter tal passivo (nota 20) item (i) FID Fator de Disponibilidade R\$ 552.478, liberação de recursos da conta reserva do serviço da dívida, que serão substituídos por fiança bancária, e com geração operacional de caixa.

3 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

(a) Considerações gerais

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, investimentos, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger dos efeitos de variações das flutuações das taxas de juros.

A Administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

(b) Gestão de riscos

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras aprovadas por sua Administração que normatizam a exposição ao risco de crédito em instrumentos financeiros de forma a garantir o valor, a liquidez, a segurança e a rentabilidade de seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida conforme definidos no Plano de negócios da Companhia e deliberações do Conselho de Administração.

Os riscos financeiros mais relevantes a serem gerenciados pela Companhia são:

(i) Risco de taxa de juros e inflação

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais e inflação, em 31 de dezembro de 2016. O contrato para construção da UHE Santo Antônio está indexado aos Índices

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gerais de Preços (IGP-M). Uma variação nesse índice ocasionará aumento no fluxo de caixa de investimentos.

A SAE está exposta ainda à variação na taxa de juros dos financiamentos contratados. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui R\$ 11.006.386 em empréstimos e financiamentos contratados dos quais R\$ 10.419.712 (Nota 14.1), relacionados a financiamento obtido junto ao BNDES, estão atrelados à TJLP e possui R\$ 4.061.928 em debêntures (Nota 14.2) atreladas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Adicionalmente, a Companhia assumiu, na assinatura do Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, a obrigação de recolher à União o montante total fixado em R\$ 379.267, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual de R\$ 11.852, reajustado anualmente pelo IPCA (Nota 18).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção desses riscos.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito da contraparte é aquele existente em função da incapacidade da contraparte de cumprir suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência.

Visando gerenciar esse risco, os relacionamentos da Companhia com instituições financeiras são apenas com instituições financeiras de primeira linha e que possuem “ratings” fornecidos por agências internacionais como *Fitch Rating*, *Standard & Poor's* e *Moody's Investor* e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Parte dos contratos de venda de energia da Companhia está amparada em regras do ambiente de contratação regulada de energia. Adicionalmente, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, mediante fianças bancárias.

(iii) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente os fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Companhia conta com a decisão da 34ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL na qual espera reverter tal passivo, liberação de recursos da conta reserva do serviço da dívida que serão substituídos por fiança bancária e com geração operacional de caixa.

(iv) Risco hidrológico

Em razão da sazonalidade hidrológica, a energia produzida por uma usina hidrelétrica apresenta grande variabilidade ao longo do tempo, impactando na produção de energia. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da energia hidráulica gerada pelo MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), com consequente aumento da exposição do gerador ao

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

participar de um rateio com base no PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), gerando um dispêndio com o *GSF* (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Desta forma, para reduzir a exposição a esse risco, a Companhia resolveu manifestar seu interesse em aderir à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL, na forma da lei nº 13.203/2015, na classe de produto SP93, conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para seus contratos de venda de energia no ACR – Ambiente de Comercialização Regulado. O montante de repactuação é de 1.498,478 MW médios da UHE Santo Antônio (Nota 1).

(v) Análise de sensibilidade

Com relação ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2016, a taxa IPCA será de 4,71%. E para o risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2017, as taxas TJLP e CDI serão de 7,50% e 10,91%, respectivamente.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Valor Contábil Em 31 de dezembro de 2016	Índices estimados	Em 31 de dezembro de 2017		
			Cenário provável	Cenário possível Aumento do risco em 25%	Cenário remoto Aumento do risco em 50%
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa - CDI - (Nota 4)	57.240	10,91%	63.485	65.046	66.607
Depósitos em garantia (Nota 7)	355.328	10,91%	394.094	403.786	413.477
Passivos					
Debêntures - IPCA - (Nota 14.2)	(4.061.928)	4,71%	(4.253.245)	(4.301.074)	(4.348.903)
Empréstimos ⁽¹⁾ - TJLP - (Nota 14.1)	(10.419.712)	7,50%	(11.201.190)	(11.396.560)	(11.591.930)
Concessões a pagar - IPCA - (Nota 18)	(262.088)	4,71%	(274.432)	(277.518)	(280.605)
Provisões socioambientais - IPCA (Nota 19)	(379.936)	4,71%	(397.831)	(402.305)	(406.778)
Passivo líquido exposto	(14.711.096)		(15.669.119)	(15.908.625)	(16.148.132)
Efeito líquido das variações			(958.023)	(1.197.529)	(1.437.036)

- (1) Análise não considera o financiamento do Banco da Amazônia S.A., cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. Esse financiamento não está atrelado à TJLP (Nota 14.1(b)), possui taxa de juros fixa.

(c) Gestão de capital

Ao administrar o seu capital, a Companhia tem como objetivo salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Os índices de alavancagem financeira foram:

Descritivo	Nota	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Debêntures	14.2	4.061.928	3.643.937
Empréstimos	14.1	11.006.386	10.868.080
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	4	(57.240)	(298.794)
Dívida líquida (A)		15.011.074	14.213.223
Total do patrimônio líquido		6.636.699	6.730.643
Total do capital (B)		21.647.773	20.943.866
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)		69,34%	67,86%

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Fundos de caixa	21	24
Bancos conta movimento	2.105	15
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário (CDB)	35.235	75.725
Operação Compromissada	19.879	223.030
	57.240	298.794

As aplicações financeiras, no exercício de 2016 tiveram um rendimento médio de 100,5 % da variação do CDI, possuem vencimento em até 15 dias da data da sua contratação, são prontamente conversíveis em caixa, pois todos os recursos estão aplicados com liquidez diária e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicações financeiras por agente financeiro:

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Indexador	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Banco ABC do Brasil S.A.	CDB	CDI	10.056	
Banco do Amazonia S.A	CDB	CDI		2.065
Banco Daycoval S.A.	CDB	CDI	12.067	
Banco do Brasil S.A.	Compromissada	CDI	19.879	74.439
Banco Itaú S.A	Compromissada	CDI		7
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDB	CDI	1.045	
Banco Safra S.A.	Compromissada	CDI		74.016
Banco Votorantim S.A.	Compromissada	CDI		74.568
Caixa Econômica Federal	CDB	CDI	12.067	73.660
Outros	-	-	2.126	39
		Total	57.240	298.794

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Contas a receber

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Consumidores - Fornecimento industrial	60.190	109.078
Concessionárias - Suprimento convencional	272.362	191.853
	332.552	300.931

Contas a receber “Consumidores – Fornecimento industrial” referem-se a créditos existentes com consumidores de energia e contas a receber “Concessionárias – Suprimento convencional”, com revendedores de energia.

O prazo de faturamento da Companhia é, em grande parte, de 15 dias, razão pela qual os valores dos títulos a receber correspondem ao seu valor justo na data da venda.

A Companhia não identificou evidencia de não realização do seu “Contas a receber”, desta forma, não registrou provisão para devedores diversos (PDD).

6 Tributos compensáveis

O saldo da conta “Tributos compensáveis” no montante de R\$ 2.399 (2015 - R\$ 15.458) registrado no ativo circulante e não circulante, referem-se, substancialmente, a retenções na fonte de PIS e COFINS sobre vendas.

7 Depósitos em garantia

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Circulante		
Reserva do serviço de debêntures - 3ª emissão	10.615	11.935
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	27.156	34.212
	37.771	46.147
Não circulante		
Reserva do serviço da dívida - BNDES direto/indireto/FNO	273.001	489.012
Reserva estática de debêntures - 3ª emissão	34.387	
Reserva de O&M	10.169	10.016
	317.557	499.028
	355.328	545.175

O saldo de depósitos em garantia no ativo circulante está composto, respectivamente, por montante para fazer face aos juros da 3ª emissão de debêntures da Companhia que são pagos semestralmente e

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

ao aporte em garantia para liquidação na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). O ativo não circulante, para o período de 2016, é composto pela conta reserva do serviço da dívida, montante equivalente a três vezes o valor pago da última parcela de financiamento (BNDES direto/indireto e FNO – Nota 14.1), pela Conta Reserva Estática da 3ª emissão de debêntures no montante de R\$ 34.387 e pela conta reserva de O&M que devem mantidos aplicados durante toda a vigência do Contrato de Cessão Fiduciária. Para o período de 2016, a conta reserva do serviço da dívida era composta por três vezes o valor da última parcela de financiamento paga, a conta reserva estática era composta por fiança bancária, bem como o saldo de R\$ 10.169 refere-se a conta reserva de O&M.

8 Dispendios reembolsáveis

	31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2015
Circulante		
Allianz Seguros		46
Consórcio Construtor Santo Antônio (i)		57.000
Consórcio Construtor Santo Antônio (ii)		1.452.441
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(678.551)
Energia Sustentável do Brasil S.A. (iii)	34.880	
	<u>34.880</u>	<u>830.936</u>
Não circulante		
Consórcio Construtor Santo Antônio (i)	61.089	
Consórcio Construtor Santo Antônio (ii)	1.508.567	
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(678.551)	
Energia Sustentável do Brasil S.A. (iii)		32.687
	<u>891.105</u>	<u>32.687</u>
	<u>925.985</u>	<u>863.623</u>

Trata-se de desembolsos que não representam gastos da Companhia e que serão objeto de reembolso pelo seu beneficiário. Os gastos realizados pela Companhia, que possuem previsão contratual de reembolso, são inicialmente registrados no resultado ou no ativo imobilizado da SAE, conforme sua natureza, e, separadamente, a crédito de redução desse gasto, a Companhia apropria a parcela reembolsável em contrapartida a “Dispendios reembolsáveis”. Os reembolsos são registrados pelo valor do custo reembolsável incorrido e atualizados conforme previsão de cada contrato. Os saldos registrados no ativo circulante, relacionados com o Consórcio Construtor, devem ser realizados no decorrer do ano de 2017.

- (i) De acordo com o Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio celebrado entre a Companhia e o Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), a Santo Antônio Energia S.A. deve repassar ao CCSA o custo pela compra de volume de energia, ao preço da tarifa de energia resultante do leilão da UHE Santo Antônio (R\$ 78,87/MWh), tendo em vista atrasos na disponibilidade para entrada em operação comercial de unidades geradoras em relação ao cronograma do 1º termo aditivo ao Contrato de concessão;

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (ii) O CCSA apresentou para a Companhia um cronograma de entrada em operação comercial, antecipando pela segunda vez o início de entrada em operação das unidades geradoras, de 01 de maio de 2012 para 15 de dezembro de 2011, conforme 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. No entanto, o cronograma de entrada em operação comercial das unidades geradoras não foi plenamente atendido, fazendo com que as consequências desse atraso gerassem para a Companhia um direito de ressarcimento junto ao CCSA, no valor de R\$ 1.508.567. Durante o exercício de 2014, a Administração da Companhia efetuou análises adicionais, incluindo aspectos legais, e alterou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo. Assim, sobre o valor total do dispêndio reembolsável, que era de R\$ 1.508.567, foi reconhecido um *impairment* de R\$ 678.551, para refletir o valor esperado de recebimento de R\$ 830.016.

Para dirimir dúvidas quanto à utilização do limitador contratual considerado no cálculo de parte do resultado líquido da antecipação do cronograma de entrada em operação comercial da usina, prevista no 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), que originou o referido *impairment*, a Companhia requereu, perante a *International Chamber of Commerce* ("ICC"), a instauração de processo arbitral face ao CCSA, sendo que o mesmo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento de Arbitragem da ICC.

- (iii) Refere-se ao compromisso firmado entre a Companhia e a Energia Sustentável do Brasil S.A. ("ESBR") no qual esta compensará financeiramente a Companhia em razão da alteração da localização da Subestação Coletora de Porto Velho ("SE Coletora"), de forma a atender à solicitação da Porto Velho Transmissora de Energia S.A. Essa alteração gerou uma redução dos custos da ESBR em função da diminuição, em relação ao previsto no Edital do leilão 006/08-ANEEL, na extensão da linha de transmissão que estabelece a conexão da UHE Jirau à SE Coletora e uma elevação de custos apurado pela Companhia em função da necessidade de aumento, em relação ao disposto no Edital do Leilão 005/07-ANEEL, da extensão da linha de transmissão que estabelece conexão da UHE Santo Antônio à SE Coletora. No compromisso está prevista correção monetária do saldo por IGP-M. A Companhia solicitou arbitragem para recebimento de seu crédito face à ESBR.

9 Despesas pagas antecipadamente

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Circulante		
Seguros	37.526	39.351
Repactuação GSF	28.283	
	65.809	39.351
Não circulante		
Seguros	2.182	13.531
Repactuação GSF	207.411	
	209.593	13.531
	<u>275.402</u>	<u>52.882</u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para reduzir a exposição ao risco do GSF (Generation Scaling Factor), a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL para seus contratos de venda de energia no ACR – Ambiente de Comercialização Regulado, na forma da lei nº 13.203/2015, na classe de produto SP93, com prêmio de risco associado de R\$3,25 por MWh.

Parte do GSF repactuado recuperado no exercício de 2015 foi reconhecido, após seu pagamento, como prêmio de seguro no Ativo e estão sendo amortizados pelo período de 10 anos e 4 meses, com início a partir de janeiro de 2015 e encerramento em abril de 2025.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição

O Imposto de Renda e a Contribuição Social registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos na demonstração do resultado. O cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos é feito utilizando-se, respectivamente, as alíquotas de 25% e de 9%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos principalmente sobre: a) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; e b) provisão do FID – Fator de Disponibilidade (Nota 20) que corresponde a uma diferença temporária entre a base fiscal e o valor contábil pelo qual ele foi registrado em 31 de dezembro de 2016. Esta diferença será dedutível em períodos futuros, quando a provisão for liquidada.

O valor total de imposto diferido ativo reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Saldo no início do período	620.581	12.340
Movimentação		
Provisões temporárias		
Custos de transação de emissão de debêntures		(18.702)
Custos de transação de empréstimos e financiamentos	(1.272)	(5.477)
Provisão para fator de disponibilidade - FID	(92.635)	355.973
Prejuízo fiscal/ Base negativa		1.457.095
Amortização de diferença temporária		
Amortização - Custos de transação de emissão de debêntures	2.614	3.561
Amortização - Custos de transação de empréstimos e financiamentos	1.520	1.209
Amortização do uso do bem público	(1.499)	(1.499)
Amortização de terrenos	(74)	(74)
Amortização de servidões	(2)	(2)
Amortização de despesas pré-operacionais - Efetuada conforme a entrada em operação das turbinas, sendo amortizado 1/44 avos por mês/turbina	(4.001)	(3.140)
	<u>(95.349)</u>	<u>1.788.944</u>
IRPJ - 25%	(23.838)	447.236
CSLL - 9%	(8.581)	161.005
Encargo fiscal	<u>(32.419)</u>	<u>608.241</u>
Saldo no final do período	<u>588.161</u>	<u>620.581</u>

Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

b) Realização do IRPJ e CSLL

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no plano de negócios que anualmente é enviado para aprovação do Conselho de Administração da Controladora. Esse plano é elaborado pela Diretoria, que utiliza como principais variáveis, os contratos de venda de energia firmados com seus clientes, custos e despesas operacionais pautados em inputs definidos pelos órgãos reguladores, atualização das dívidas com base em índices pré-estabelecidos (destacando-se a TJLP e o IPCA). Essas variáveis são obtidas de consultores externos especializados, da performance histórica da Companhia e sua capacidade de criar lucro tributável.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Ativo	Saldo					
	31 de dezembro de 2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CS)	495.413					495.413
Provisões temporárias - FID	89.535	89.535				
Amortização de Despesas pré-operacionais	3.356	1.328	1.007	558	378	85
Amortização de Terrenos e Servidões	704	26	26	26	26	600
Direito de outorga - UBP	13.761	510	510	510	510	11.721
	602.769	91.399	1.543	1.094	914	507.819
Custos de transação - emissão de debêntures	6.034	889	889	889	889	2.478
Custos de transação - empréstimos e financiamentos	8.574	527	527	527	527	6.466
	14.608	1.416	1.416	1.416	1.416	8.944
Líquido	588.161	89.983	127	(322)	(502)	498.875

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos sobre:

- (i) Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social - a Companhia reconheceu, em 2016, crédito tributário de R\$495.413, decorrente de Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas acumulados até 31 de dezembro de 2014;
- (ii) Diferença temporária FID - A diferença temporária está relacionada à provisão do FID - Fator de Disponibilidade - (Nota 20), que corresponde a uma diferença entre a base fiscal e o valor contábil pelo qual esse evento foi registrado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, que resultará numa quantia dedutível em períodos futuros, quando a quantia contabilizada, a título de provisão, for liquidada;
- (iii) Despesas contábeis temporariamente não tributáveis;
- (iv) Despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

Considerando as limitações no uso do prejuízo fiscal e os impactos conhecidos sobre a posição de tributos diferidos, a Companhia estima que será necessário gerar um lucro tributável de cerca de R\$ 5.766.288 nos exercícios seguintes para realizar seus ativos fiscais diferidos apresentados em 31 de dezembro de 2016.

Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis utilizando como base o seu plano de negócios. Se essa projeção indicar que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver o tributo diferido, será feita baixa correspondente à parcela do ativo que não será recuperada.

11 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e construção. Inclui a capitalização dos encargos de empréstimos tomados especificamente para o financiamento de projetos, líquidos das receitas auferidas com esses recursos. A apropriação mensal desses encargos está sendo realizada de maneira proporcional à quantidade de unidades geradoras em construção.

Inclui também: (a) adiantamentos a fornecedores para aquisição de bens que integram o imobilizado; (b) estoque de bens para aplicação no imobilizado; (c) gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação ou compensação dos impactos socioambientais; e (d) gastos realizados em benefício da obra como um todo.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

				31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Terrenos	3,20%	67.171	(5.789)	61.382	63.426
Reservatórios, barragens e adutoras	3,34%	7.605.931	(635.917)	6.970.014	7.205.279
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,43%	3.788.173	(324.545)	3.463.628	3.592.361
Máquinas e equipamentos	4,15%	7.937.909	(734.440)	7.203.469	5.677.171
Móveis e utensílios	14,29%	63	(9)	54	44
Veículos	6,25%	2.315	(950)	1.365	
Total do imobilizado em serviço		19.401.562	(1.701.650)	17.699.912	16.538.281
Imobilizado em curso					
Terrenos		105		105	483
Reservatórios, barragens e adutoras		390.004		390.004	302.903
Edificações, obras civis e benfeitorias		409.777		409.777	400.000
Máquinas e equipamentos		848.367		848.367	1.385.676
Veículos		3.854		3.854	3.844
Móveis e utensílios		7.709		7.709	6.448
A ratear		1.871.766		1.871.766	1.757.520
Material em depósito		35.391		35.391	51.686
Adiantamento a fornecedores		197.119		197.119	726.869
Outros		16.740		16.740	16.584
Total do imobilizado em curso		3.780.832		3.780.832	4.652.013
Total do imobilizado		23.182.394	(1.701.650)	21.480.744	21.190.294

Adiantamentos a fornecedores referem-se substancialmente a 5% do valor total do Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio, descontado de 5% do total de serviços prestados e equipamentos entregues, mais valores previstos nos contratos firmados de compras de máquinas e equipamentos da UHE Santo Antônio. Todos os adiantamentos realizados são para aquisição de bens do ativo imobilizado.

Em 2016, a Companhia capitalizou ao ativo imobilizado o montante de R\$ 375.161 (2015 - R\$579.558) correspondente a encargos de financiamentos adquiridos com o propósito específico de financiar a construção da UHE Santo Antônio.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui compromissos firmados no montante de R\$ 1.305 referentes ao contrato EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) para o término da construção do empreendimento hidrelétrico.

As movimentações do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro foram as seguintes:

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2016

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016				
	Valor líquido	Adições	Reclassificação / Transferência	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Valor líquido
Imobilizado em serviço						
Terrenos	63.426				(2.044)	61.382
Reservatórios, barragens e adutoras	7.205.279				(235.265)	6.970.014
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.592.361				(128.733)	3.463.628
Máquinas e equipamentos	5.677.171			1.800.079	(273.782)	7.203.468
Móveis e utensílios	44			20	(9)	55
Veículos				2.315	(950)	1.365
Total do imobilizado em serviço	16.538.281			1.802.414	(640.782)	17.699.912
Terrenos	483		(378)			105
Reservatórios, barragens e adutoras	302.903	87.101				390.004
Edificações, obras civis e benfeitorias	400.000	9.777				409.777
Máquinas e equipamentos	1.385.676	172.653	529.750	(1.239.712)		848.367
Veículos	3.844	2.325		(2.315)		3.854
Móveis e utensílios	6.448	1.261				7.709
A ratear	1.757.520	674.633		(560.387)		1.871.766
Material em depósito	51.686	713	(17.008)			35.391
Adiantamento a fornecedores	726.869		(529.750)			197.119
Outros	16.584	3.321	(3.165)			16.740
Total do imobilizado em curso	4.652.013	951.784	(20.551)	(1.802.414)		3.780.832
Total do imobilizado	21.190.294	951.784	(20.551)		(640.782)	21.480.744

2015

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015				
	Valor líquido	Adições	Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Valor líquido
Imobilizado em serviço						
Terrenos	65.013				(1.587)	63.426
Reservatórios, barragens e adutoras	6.642.508			733.905	(171.134)	7.205.279
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.259.833			1.421.869	(89.341)	3.592.361
Máquinas e equipamentos	5.024.487			843.401	(190.717)	5.677.171
Móveis e utensílios				44		44
Total do imobilizado em serviço	13.991.841			2.999.219	(452.779)	16.538.281
Terrenos	483					483
Reservatórios, barragens e adutoras	2.018.200	331.431	(1.435.817)	(610.911)		302.903
Edificações, obras civis e benfeitorias	475.234	21.092	1.254.479	(1.350.805)		400.000
Máquinas e equipamentos	976.118	920.845	181.338	(692.625)		1.385.676
Veículos	2.893	951				3.844
Móveis e utensílios	4.724	1.768		(44)		6.448
A ratear	1.365.217	737.137		(344.834)		1.757.520
Material em depósito	45.373	6.313				51.686
Adiantamento a fornecedores	1.100.364	(373.495)				726.869
Outros	13.660	2.924				16.584
Total do imobilizado em curso	6.002.266	1.648.966		(2.999.219)		4.652.013
Total do imobilizado	19.994.107	1.648.966			(452.779)	21.190.294

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia adota como depreciação o método linear, tomando como base para a depreciação o valor do bem proporcionalizado à quantidade de unidades geradoras em operação que ele atende sobre a quantidade de unidades geradoras que o bem atenderá quando concluída a fase de construção da UHE Santo Antônio.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos imobilizados do setor elétrico brasileiro, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela agência são utilizadas nos processos de cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Adicionalmente, a depreciação dos itens que fazem parte do projeto original da UHE Santo Antônio está limitada ao período concessivo, pois não há previsão de indenização do valor residual desses itens ao término da concessão. Dessa forma, foram utilizadas as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL ou o período de concessão como base para depreciação do ativo imobilizado, dos dois, o menor período, uma vez que a Companhia entende que as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL representam as vidas úteis econômicas dos ativos para fins contábeis.

A partir da análise mencionada na nota 2.5, a Administração da Companhia irá operar em suas capacidades ótimas, dentro do período projetado, sendo os ativos recuperáveis em sua integralidade.

12 Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Servidão permanente	3,20%	737	(112)	625	649
Software	20,00%	14.769	(7.840)	6.929	3.990
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,20%	199.339	(30.300)	169.039	175.418
Total do intangível em serviço		214.845	(38.252)	176.593	180.057
Intangível em curso					
Software		16.087		16.087	17.222
Servidão permanente		5.100		5.100	5.100
Total do Intangível em curso		21.187		21.187	22.322
Total do Intangível		236.032	(38.252)	197.780	202.379

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Fornecedores

	31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2015
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	12.802	13.717
CCEE (compra de energia de curto prazo) (i)	166.827	504.755
Encargos de uso da rede elétrica (ii)	121.983	73.351
Materiais e serviços	64.583	85.963
Consórcio Construtor Santo Antônio (iii)		298.425
	366.195	976.211

- (i) O saldo da rubrica CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - representa uma posição devedora da SAE em operações de compra e venda de energia realizada no âmbito dessa câmara. Além do balanço de energia, a CCEE é responsável por efetuar cobranças de encargos como FID – Fator de disponibilidade e *GSF – Generation Scaling Factor*.
- (ii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o ONS – Operador Nacional do Sistema e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante de uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio.
- (iii) Na rubrica “Consórcio Construtor Santo Antônio” estão registrados gastos incorridos com greves e paralisações ocorridas entre os anos de 2009 e 2013, que resultaram na elevação dos custos do Contrato EPC em função da improdutividade e da concessão de aumentos salariais e outros benefícios aos trabalhadores do consórcio.

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os encargos financeiros que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança (Nota 11). Demais encargos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

14.1 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
BNDDES - Indireto	R\$	TJLP + 3,3%	276.025	222.985
BNDDES - Direto	R\$	TJLP + 2,4%	262.281	210.427
Custos de transação a amortizar (CPC 08) - BNDDES			(1.558)	(14.134)
Banco da Amazônia S.A. - FNO	R\$	JUROS de 10,0% a.a.	23.999	21.637
Passivo circulante			560.747	440.915
	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
BNDDES - Indireto (a)	R\$	TJLP + 3,3%	5.016.514	4.990.005
BNDDES - Direto (a)	R\$	TJLP + 2,4%	4.864.892	4.836.534
Custos de transação a amortizar (CPC 08) - BNDDES	R\$		(24.990)	(11.331)
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R\$	JUROS de 10,0% a.a.	589.223	611.957
Passivo não circulante			10.445.639	10.427.165
			11.006.386	10.868.080

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDDES

As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDDES, o Contrato de Financiamento Direto n.º 08.2.1120.1 no montante de R\$ 3.092.586 e o Contrato de Repasse n.º 01/2009 no montante de R\$ 3.042.586 através de agentes financeiros. Também já foi liberada parte dos recursos do financiamento suplementar, sendo o Contrato de Financiamento Direto Suplementar n.º 12.2.1307.1, e o Contrato de Repasse Suplementar n.º 01/2013, ambos possuem o valor de R\$ 995.000 cada contrato. Os referidos contratos de financiamento têm como objetivo a implantação da UHE Santo Antônio (Nota 1).

As principais condições dos financiamentos são:

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Vencimento das parcelas – não circulante (principal e encargos)

	Não circulante					
	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Principal e Encargos	605.016	616.713	616.713	616.713	616.713	6.809.538
	605.016	616.713	616.713	616.713	616.713	6.809.538
						9.881.406

(ii) Garantias

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de propriedade da Madeira Energia S.A. – MESA, acionista e Controladora integral da Companhia, dando as mesmas para o BNDES através da celebração do contrato de penhor de ações e outras avenças;
- Cessão fiduciária entre a Companhia e o BNDES, envolvendo os direitos de titularidade da mesma, em decorrência do Contrato de Concessão de Uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono (CCRECs), se vierem a ser firmados, e cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio;
- Suporte de acionistas e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento;
- Suporte de acionistas para cobertura de insuficiências que vier a ocorrer na execução do projeto, além de frustrações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do projeto;
- Fiança Eletrobrás e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustrações das fontes de recursos previstas para o projeto;
- Suporte de acionistas complementar e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento complementar;

(iii) Cláusulas restritivas

O financiamento contratado pela Companhia junto ao BNDES, mencionado anteriormente, possui cláusulas restritivas, dentre outras, quanto à relação entre ativo total e patrimônio líquido, as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, inclusive no exercício de 2016, com exceção do exercício de 2015 para o ICSD – Índice de cobertura do serviço da dívida, estabelecido pelo BNDES no mínimo de 1,2, para o qual foi obtido “waiver”.

(b) Banco da Amazônia S.A.

As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento, firmado entre a Companhia e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com interveniência da Companhia e de seus acionistas, no valor total de R\$ 503.420, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento tem como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (Nota 1). As principais condições do financiamento são:

(i) Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

	Não circulante					
	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Principal e Encargos	71.309	46.048	46.048	46.048	46.048	333.722
	<u>71.309</u>	<u>46.048</u>	<u>46.048</u>	<u>46.048</u>	<u>46.048</u>	<u>333.722</u>
	<u>71.309</u>	<u>46.048</u>	<u>46.048</u>	<u>46.048</u>	<u>46.048</u>	<u>333.722</u>

(ii) Garantias e cláusulas restritivas

O Banco da Amazônia compartilha das mesmas garantias e restrições apresentadas na Nota 14.1 (a) (ii) e (iii).

(c) Movimentação de empréstimos e financiamentos

Saldo em 31 de dezembro de 2015	10.868.080
Encargos financeiros provisionados	1.102.483
Encargos financeiros pagos	(676.563)
Amortização de principal	(425.208)
Empréstimos e financiamentos obtidos	138.677
Custos de transação	(1.083)
Transferências	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.006.386
Circulante	560.747
Não Circulante	10.445.639

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.2 Debêntures

					31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015
	Série	Valor unitário (em reais)	Remuneração	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Total
1ª emissão (a)	1ª e 2ª					(50)	(50)	(50)
2ª emissão (b)	Única	R\$ 100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	30.789	535	(560)	30.764	(185)
3ª emissão (c)	1ª	R\$ 10.000,00	IPCA + juros de 7,05% a.a.		3.523	(977)	2.546	2.765
	2ª		IPCA + juros de 7,49% a.a.		9.379	(1.027)	8.352	7.334
Passivo circulante					13.437	(2.614)	41.612	9.864
1ª emissão (a)	1ª	R\$ 1.000,00	IPCA + juros de 6,5% a.a.	1.039.951	312.702	(507)	1.352.146	1.186.072
	2ª			1.039.951	257.413	(507)	1.296.857	1.137.570
2ª emissão (b)	Única	R\$ 100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	529.018		(2.848)	526.170	520.316
3ª emissão (c)	1ª	R\$ 10.000,00	IPCA + juros de 7,05% a.a.	244.291		(3.215)	241.076	225.747
	2ª		IPCA + juros de 7,49% a.a.	612.123		(8.056)	604.067	564.368
Passivo não circulante				3.465.334	570.115	(15.133)	4.020.316	3.634.073
				3.465.334	583.552	(17.747)	4.061.928	3.643.937

(a) 1ª Emissão

Em setembro de 2012, a Companhia celebrou contrato para emissão de 1.520.120 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, divididas em duas séries, sendo a 1ª série recebida em 25 de outubro de 2012, no valor de R\$ 760.060 (R\$ 770.448, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série recebida em 28 de junho de 2013, no valor de R\$ 760.060 (R\$ 809.346, atualizados até a data de recebimento), tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e representante do debenturista e a Controladora como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (Nota 1).

O FI-FGTS, na qualidade de debenturista, compartilha das mesmas garantias apresentadas na Nota 14.1 (a) (ii). As cláusulas restritivas deste contrato vêm sendo cumpridas adequadamente pela Companhia.

A 1ª série desta emissão vence em 15 parcelas anuais a partir de 2023 e a 2ª, em 15 parcelas anuais a partir de 2024. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(b) 2ª Emissão

Em dezembro de 2012, a Companhia emitiu 4.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, recebida em 24 de janeiro de 2013, no valor atualizado de R\$ 424.924. O valor nominal unitário das debêntures é R\$ 100, totalizando R\$ 420.000, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas e a Controladora, como interveniente anuente.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (Nota 1).

Os debenturistas compartilham das mesmas garantias apresentadas na Nota 14.1 (a) (ii). As cláusulas restritivas deste contrato vêm sendo cumpridas adequadamente pela Companhia.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, enquanto que o saldo principal tem como vencimento 05,5% em 27.12.2017 - 17,5% em 27.12.2019 - 25,0% em 27.12.2020 - 24,0% em 27.12.2021 – e saldo em 27.12.2022. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(c) 3ª Emissão

Em 15 de abril de 2014, a Companhia emitiu 70.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, divididas em duas séries, totalizando o montante de R\$ 700 milhões, para distribuição pública, nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante dos debenturistas e a Controladora como interveniente anuente. As duas séries foram recebidas entre os dias 02 e 05 de maio de 2014, sendo a 1ª série de R\$ 200 milhões (R\$ 201 milhões, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série no valor de R\$ 500 milhões (R\$ 504 milhões, atualizados até a data de recebimento).

O objetivo desta emissão foi de captar recursos para viabilização e implementação das 50 unidades geradoras da UHE Santo Antônio.

Os debenturistas dessa 3ª emissão compartilham das mesmas garantias e restrições apresentadas na Nota 14.1 (a) (ii) e (iii).

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, enquanto que o saldo principal tem como vencimento: 1ª série – 16,4% em 15.04.2020 – 49,3% em 15.04.2021 e saldo em 15.04.2022; 2ª série - 25,1% em 15.04.2022 – 55,6% em 15.04.2023 e saldo em 15.04.2024. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(d) Vencimento das parcelas de debêntures - não circulante (principal e encargos)

Não circulante						
	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Principal e Encargos		128.755	180.081	254.986	394.217	3.108.199
		128.755	180.081	254.986	394.217	3.108.199
						4.066.238

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação de debêntures

Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.643.937
Encargos financeiros provisionados	446.381
Juros pagos	(94.492)
Amortização de custos de transação	2.615
Transferências de custo de transação	30.136
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.028.577
Circulante	41.612
Não Circulante	3.986.965

15 Impostos e contribuições

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Circulante		
ICMS	18.739	12.055
ICMS diferencial de alíquotas (i)	18.965	15.700
COFINS	9.785	
PIS	2.106	
INSS	1.149	890
ISS	776	1.145
Outros	1.991	1.963
	53.511	31.753
Não circulante		
ICMS diferencial de alíquotas (i)	26.737	38.377
	80.248	70.130

(i) A Companhia aderiu ao benefício fiscal previsto no Decreto Estadual/RO nº 18.496, de 08 de janeiro de 2014, o qual reduziu para 2% a alíquota do ICMS DA (Diferencial de Alíquota), decorrentes das operações de entrada de mercadorias ou bens destinados às obras de instalação, construção, operação e manutenção da usina em transações interestaduais. O saldo do imposto a pagar de R\$ 45.702, registrados no passivo circulante e não circulante, corresponde às entradas registradas nos

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

períodos de 2009 a junho de 2014 e está sendo quitado em 60 parcelas mensais, com início em julho de 2014. O saldo do parcelamento é corrigido anualmente pela UPF – Unidade de padrão fiscal do Estado de Rondônia e sobre ele incorre juros de 1% ao mês.

Previsão de parcelamento do ICMS diferencial de alíquotas no passivo não circulante

2018	6.597
2019	13.911
2020	<u>6.229</u>
	<u>26.737</u>

16 Adiantamentos de clientes

Em 06 de fevereiro de 2015, a Companhia recebeu R\$ 292.395, líquidos de retenção de tributos, em adiantamento de clientes de contratos de venda de energia firmados com Furnas Centrais Elétricas S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Odebrecht Comercializadora de Energia S.A..

Os valores antecipados foram amortizados mensalmente conforme o fornecimento da energia contratado e liquidados no exercício de 2016. A seguir, apresentamos a movimentação dos adiantamentos mencionados:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2015	46.684	
Adiantamento	74.667	225.333
Atualização monetária	12.030	35.608
Reconhecimento de receita	<u>(46.684)</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>86.697</u>	<u>260.941</u>
Atualização monetária	1.969	9.572
Liquidação de adiantamento		(270.513)
Reconhecimento de receita	<u>(88.666)</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u><u> </u></u>	<u><u> </u></u>

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Cauções em garantia

Referem-se, principalmente, à retenção de 5% do valor adiantado aos contratos firmados de compra de máquinas e equipamentos da UHE Santo Antônio para a construção, transporte e montagem das 50 turbinas de geração de energia e dos painéis de controle. O montante retido é a garantia do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 350.157 (2015 - R\$ 333.759).

18 Concessões a pagar

Trata-se da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, de recolher à União o pagamento total fixado de R\$ 379.267, em parcelas mensais iguais, sendo exigida a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão descontado à taxa de 6,94% a.a.

Buscando refletir adequadamente a contraprestação pecuniária da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível (Nota 12), em contrapartida do passivo.

(a) Movimentação

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	19.301	226.896
Atualização - IPCA		41.425
Ajuste a valor presente		(5.466)
Pagamentos	(20.068)	
Transferências	<u>21.416</u>	<u>(21.416)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>20.649</u>	<u>241.439</u>

(b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

2018	20.427
2019	20.735
2020	21.007
2021	21.269
2022 a 2043	<u>158.001</u>
	241.439

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****19 Provisões socioambientais**

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – concedeu licenças ambientais para a Companhia, as quais impõem condicionantes para a construção do empreendimento. Essas obrigações, que estão relacionadas com ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação e compensação dos impactos socioambientais, foram estimadas e são monitoradas pela Administração da Companhia. Esses gastos, relacionados à construção, foram estimados e registrados como custo do ativo imobilizado, em Reservatório, barragens e adutoras. Tal estimativa foi realizada pela área de sustentabilidade e meio ambiente da Companhia e submetida à aprovação do Conselho de Administração da Companhia, quando da aprovação do Plano de negócios da empresa.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Circulante		
Programas básicos ambientais (i)	116.454	51.782
Compensação ambiental (ii)		12.108
	<u>116.454</u>	<u>63.890</u>
Não circulante		
Programas básicos ambientais (i)	170.608	197.207
Compensação ambiental (ii)	92.874	69.395
	<u>263.482</u>	<u>266.602</u>
	<u><u>379.936</u></u>	<u><u>330.492</u></u>

- (i) Nas rubricas “Programas básicos ambientais” estão registradas as estimativas da Administração da Companhia com relação aos gastos socioambientais que a SAE incorrerá a fim de mitigar o impacto causado pela construção da UHE Santo Antônio, em cumprimento aos programas previstos nas Licenças de Instalação nº 540/2008 e de Operação nº 1.044/2011 expedidas pelo IBAMA. Essas licenças estabelecem que sejam executados os seguintes Programas Básicos Ambientais (PBA), entre outros:

- Programa de Monitoramento do Lençol Freático;
- Programa de Monitoramento Sismológico;
- Programa de Monitoramento Climatológico;
- Programa de Conservação da Flora;
- Programa de Conservação da Fauna;
- Programa de Conservação da Ictiofauna;
- Programa de Saúde Pública;
- Programa de Remanejamento da População Atingida;

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (a) Movimentação das provisões ambientais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	51.782	197.207
Atualização monetária - IPCA		14.803
Realizações	(147.189)	
Adições	170.459	
Transferências	<u>41.402</u>	<u>(41.402)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>116.454</u>	<u>170.608</u>

Conforme Manual Contábil do Setor Elétrico (MCSE), considerando a renovação da Licença de Operação 1041/11 pelo período de 10 anos, foi realizada adição dos custos decorrentes da extensão dos Programas Básicos Ambientais (PBA), citados no item (i), à provisão socioambiental.

- (ii) O saldo registrado em “Compensação ambiental”, calculado com base na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09, corresponde a 0,5% (R\$ 56.159) do valor de referência do empreendimento, conforme definido na Licença de Operação nº 1.044/11, expedida pelo IBAMA. Esses recursos, destinados a compensar os impactos ambientais causados pela obra, e que em 31 de dezembro de 2016 equivalem a R\$ 0 no passivo circulante (2015 – R\$ 12.108) e R\$ 92.874 no passivo não circulante (2015 - R\$ 69.395), estão sendo atualizados pela SELIC, conforme instruções normativas do IBAMA que substituíram o índice de atualização de IPCA-e para Selic.

20 Provisão para contingências

Os passivos contingentes e as provisões existentes estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, ambientais, cíveis e tributários.

A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%.
- Perda possível – são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(a) Risco provável**

	31 de dezembro de 2016	Adições	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2015	Adições	31 de dezembro de 2014
Circulante						
Regulatória (i)	552.478	196.505	355.973	355.973	355.973	
Não circulante						
Ambiental (ii)	12.484	1.564	10.920	10.920	1.256	9.664
Cível (iii)	13.709	13.646	63	63	63	
Trabalhista (iv)	1.675	1.675				
	27.868	16.885	10.983	10.983	1.319	9.664
Total	580.346	213.390	366.956	366.956	357.292	9.664

(i) Regulatória**FID (Fator de Disponibilidade)**

Em 31 de julho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da Companhia de antecipação da tutela recursal para suspender a exigência da aplicação do Fator de Disponibilidade (FID) em relação às unidades geradoras da UHE Santo Antônio não despachadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Referida decisão determina à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e à Câmara Comercializadora de Energia Elétrica – CCEE que adote os procedimentos necessários à eficácia de tal decisão nas contabilizações e liquidações da referida câmara. O saldo de R\$ 552.478 representa o efeito da limitação da aplicação do FID sobre a UHE Santo Antônio.

(ii) Administrativo Ambiental

Refere-se ao auto de infração lavrado em 23 de dezembro de 2008, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no valor de R\$ 7.700. O objeto do referido auto é a imposição de multa à Companhia por suposta conduta lesiva ao meio ambiente, caracterizada pela alegada mortandade de 11.000 kg de peixes de várias espécies em decorrência de eventual poluição nas enseadeiras da UHE Santo Antônio, no rio Madeira, município de Porto Velho - RO.

Em 13 de janeiro de 2009, a Companhia apresentou defesa administrativa. Em 19 de julho de 2011, a Equipe Técnica do IBAMA informou sobre a majoração do valor da multa e notificou a Companhia para a apresentação de Alegações Finais. Em 8 de agosto de 2011, a Companhia apresentou manifestação acerca da majoração da multa e Alegações Finais. Em 25 de novembro de 2014, foi recebida pela Companhia decisão de indeferimento da defesa administrativa. A Companhia apresentou, em 15 de dezembro de 2014, recurso administrativo contra referida decisão de indeferimento. Consoante o entendimento dos seus advogados, a expectativa é de perda provável no montante de R\$ 12.484 em relação ao mérito da autuação (2015 - R\$ 10.920) e de perda possível em relação às agravantes de penalidade citadas no referido auto.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(iii) Cível**

Trata-se de ação de reparação por danos a comerciante que alega ter seu estabelecimento comercial afetado pela área alagada em decorrência da construção de usina hidrelétrica. A indenização está calculada em R\$ 13.709 (2015 – R\$ 63)

(b) Risco possível

Em 31 de dezembro de 2016, existem processos no montante de R\$ 2.886.101, conforme demonstrados a seguir, cuja perda foi estimada como possível, as quais são periodicamente reavaliadas pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

	31 de dezembro de 2016
Trabalhista	28.857
Cível	2.270.331
Administrativo ambiental	32.739
Administrativo tributário	554.174
	2.886.101

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível destacam-se as seguintes:

(i) Trabalhistas

Diversas ações, nas quais a Companhia responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

(ii) Cível

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina ou que pretendem majorar indenizações recebidas por conta das desapropriações realizadas.

(iii) Administrativo ambiental

Diversos autos de infração referentes a questões ambientais como mortandade de peixes e ocorrência de queimadas em áreas da Companhia.

(iv) Administrativo tributário

Processos administrativos para discussão de não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal, bem como discussão de compensação

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

de IRRF e notificações da Secretaria Municipal da Fazenda do município de Porto Velho e da Secretaria de Estado de Finanças do Governo do Estado de Rondônia.

21 Outras provisões

	31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2015
CCSA (i)	225.412	210.325
Consórcio Construtor Santo Antônio (ii)	295.528	
	<u>520.940</u>	<u>210.325</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de R\$ 225.412 (2015 – R\$ 210.325) refere-se ao ressarcimento ao CCSA pela Companhia de custos relacionados à extensão de prazo no cronograma contratual de entrada em operação comercial, oriundo dos efeitos das paralizações causadas pelas greves durante os anos de 2009 a 2013 (eventos de caso fortuito – força maior) no canteiro de obras da UHE Santo Antônio.
- (ii) (ii) Na rubrica “Consórcio Construtor Santo Antônio” estão registrados gastos incorridos com greves e paralisações ocorridas entre os anos de 2009 e 2013, que resultaram na elevação dos custos do Contrato EPC em função da improdutividade e da concessão de aumentos salariais e outros benefícios aos trabalhadores do consórcio

22 Patrimônio líquido**(i) Capital subscrito e integralizado**

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 07 de março de 2016, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 573.529.412 de novas ações ordinárias, nominativa e sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$ 0,68 (sessenta e oito centavos) cada, totalizando de R\$ 390.000. As ações ora emitidas foram totalmente integralizadas em 08 de março de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 9.348.150 (2015 – R\$ 8.958.150) dividido em 9.536.679.868 (2015 – 8.963.150.456) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de titularidade integral da Madeira Energia S.A.

(ii) Capital social a integralizar

Em 21 de outubro de 2014, em ATA de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), foi aprovado o aumento de capital na Companhia em R\$ 1.590.000, pela Controladora, mediante a emissão de 1.590.000.000 ações ordinárias nominativas, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) cada. Na ocasião foram subscritas na Companhia, pela Controladora, 1.590.000.000 ações ordinárias nominativas e integralizadas R\$ 1.415.280, dessa forma a Controladora tem um saldo a integralizar de R\$ 174.720.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****23 Resultado por ação**

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014 (em milhares, exceto valor por lote de mil ações, apresentado em reais):

	2016	2015	2014
Lucro (prejuízo) do período	(483.944)	33.558	(2.202.228)
Média ponderada do número de ações ordinárias	9.371.587,035	8.895.854,561	6.868.492,149
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em R\$)	(51,64)	3,77	(320,63)

24 Receita operacional líquida**(a) Venda de energia elétrica**

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado mensalmente, de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia. Uma receita não é reconhecida se há incerteza de sua realização.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Fornecimento de energia à indústria	661.285	585.444
Suprimento de energia elétrica	2.532.613	2.391.523
Energia de curto prazo	28.809	
	3.222.707	2.976.967
(-) Deduções da receita		
P & D	(28.026)	(26.049)
ICMS	(103.611)	(77.884)
PIS e COFINS	(288.516)	(268.165)
	(420.153)	(372.098)
Receita operacional líquida	2.802.554	2.604.869

As receitas de fornecimento de energia à indústria são oriundas de venda de energia a consumidores, enquanto que, suprimento de energia elétrica representam as vendas destinadas a revendedores de energia.

Em 31 de dezembro de 2016, a UHE Santo Antônio possui 44 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.218 MW médios de garantia física (Nota 1).

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.**
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016**
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
25 Gastos operacionais**(a) Custos do serviço de energia elétrica**

	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016			2015		
	Custos dos serviços			Custos dos serviços		
	Com energia elétrica	De operação	Total	Com energia elétrica	De operação	Total
Energia de curto prazo - CCEE (i)	(53.803)		(53.803)	(700.427)		(700.427)
Energia comprada para revenda	(206.944)		(206.944)	(213.306)		(213.306)
Encargos de uso e conexão (ii)	(808.084)		(808.084)	(585.128)		(585.128)
Créditos de Pis e Cofins	107.461		107.461	105.717		105.717
Pessoal		(55.555)	(55.555)		(47.480)	(47.480)
Material		(13.378)	(13.378)		(10.062)	(10.062)
Serviços de terceiros		(48.260)	(48.260)		(29.558)	(29.558)
Depreciação e amortização		(647.173)	(647.173)		(459.182)	(459.182)
Outras		(93.118)	(93.118)		(123.366)	(123.366)
	<u>(961.370)</u>	<u>(857.484)</u>	<u>(1.818.854)</u>	<u>(1.393.144)</u>	<u>(669.648)</u>	<u>(2.062.792)</u>

(i) Variação decorrente, principalmente, da redução do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) médio, aproximadamente de R\$ 288,00/Mwh em 2015 para R\$ 93,91/Mwh em 2016, bem como do benefício devido à repactuação do risco hidrológico do Generation Scaling Factor ("GSF") que limitou o risco hidrológico da Companhia em até 7%, houve o início da geração em teste (Expansão), bem como recuperação do FID de R\$ 147.872 dos períodos de 2012 a 2014.

(iii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente do contrato firmado com a ONS - Operador Nacional do Sistema e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante do uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio Energia. O incremento de R\$ 150 se deu em função da entrada em operação de novas turbinas nesse período em comparação ao mesmo período do ano anterior.

(b) Despesas gerais e administrativas

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Pessoal	(34.046)	(25.236)
Material	(2.061)	(4.515)
Serviços de terceiros	(65.769)	(72.433)
Amortização	(1.759)	(1.748)
Aluguéis e arrendamentos	(5.559)	(6.626)
Seguros	(28.999)	(16.646)
Tributos	(1.865)	(753)
Outras	(5.559)	(20.949)
	<u>(145.617)</u>	<u>(148.906)</u>

26 Resultado financeiro

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	81.798	64.213
Ajuste a valor presente	5.466	11.503
Outras receitas financeiras	3.107	2.964
Variações monetárias moeda nacional	62.823	82.167
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(7.091)	(5.029)
	146.103	155.818
Despesas financeiras		
Juros de dívidas	(954.632)	(731.362)
Variações monetárias de dívidas	(286.183)	(242.008)
Variações monetárias (Uso do bem público)	(41.425)	(49.275)
Variações monetárias moeda nacional	(95.315)	(58.370)
Outras despesas financeiras	(58.840)	(42.622)
	(1.436.395)	(1.123.637)
	(1.290.292)	(967.819)

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Partes relacionadas

Montante das transações nos exercícios findos em 31 de dezembro										
Relação com a Companhia		Ativo		Passivo	Imobilizado		Receita		Despesa	
		31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015		2016	2015	2016	2015		
Circulante										
CEMIG Geração e Transmissão S.A	Acionista da Controladora*	33.115	27.571	1.566	87.897			426.372	463.672	
CEMIG Distribuição S.A	Acionista comum	17.636	15.639					152.783	142.826	23.775
Construtora Norberto Odebrecht	Acionista comum			29.311	59.274	82.187	318.264			
Andrade Gutierrez Engenharia S.A	Acionista comum			21.925	24.396	4.242	90.722			
Odebrecht Serviços e Participações	Acionista comum			21.925	24.396	4.243	90.722			
Odebrecht Energia do Brasil S.A	Acionista da Controladora*									168
Andrade Gutierrez Participações S.A	Acionista da Controladora*			442	398					35
Eletrobrás Furnas	Acionista da Controladora*			12.352	9.578	3.017	2.762			108.662
Não Circulante										
Andrade Gutierrez Engenharia S.A	Acionista comum	12.287	12.358							
Construtora Norberto Odebrecht	Acionista comum	14.272	15.204	22.459	18.992					
Odebrecht Comercializadora de Energia, S.	Acionista comum			-	110.398				4.050	15.065
Odebrecht Serviços e Participações	Acionista comum	17.486	17.232	48	48					
Eletrobrás Furnas	Acionista da Controladora*			-	150.543					20.543
		94.796	88.004	110.028	485.920	93.689	502.470	579.155	606.498	168.248

CEMIG Geração e Transmissão S.A. - O saldo ativo registrado refere-se aos dois contratos de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre celebrados em 19 de março de 2009, em que a Companhia atua como vendedora de energia para a CEMIG de montantes variáveis durante grande parte do período de motorização da UHE Santo Antônio, sendo um contrato de 400 megawatts médios e outro de 250,4 megawatts médios, com prazo de vigência compreendido entre 1º de maio de 2012 e 31 de dezembro de 2027.

O saldo passivo refere-se e a encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia (Nota 13) e a saldo de antecipação de volume de energia ocorrida em 06 de fevereiro de 2015, quando a Companhia recebeu da Cemig Geração e Transmissão S.A. R\$ 74.667 (Nota 16).

CEMIG Distribuição S.A – O saldo refere-se ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, relativo à participação da CEMIG Distribuição S.A no Leilão nº 05/2007 - ANEEL, no qual foram comercializados 70% da energia assegurada da UHE Santo Antônio (Nota 1). A Cemig Distribuição comprou da Companhia 117,8 megawatts médios com prazo de suprimento compreendido entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2041.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Andrade Gutierrez Engenharia S.A. - A Companhia possui contrato para Implantação da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Andrade Gutierrez Engenharia S.A. participa sendo responsável pelos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil).

Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Odebrecht Serviços e Participações S.A. - A Companhia possui contrato para Implantação da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO) e a Odebrecht Serviços e Participações S.A. participam sendo responsáveis pelos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil) e, adicionalmente, a CNO, pelo gerenciamento e execução dos serviços de montagem eletromecânica.

Eletrobrás Furnas - A Companhia tem contrato de Serviços de Engenharia do Proprietário com Furnas Centrais Elétricas, cuja vigência é de 17 de dezembro de 2008 a 28 de fevereiro de 2016.

Eletrobrás Furnas é contratada também para prestação de serviços de análise de dados das leituras de auscultação das estruturas civis e suas fundações para a UHE Santo Antônio. Esse contrato tem vigência de 30 meses a contar de 06 de janeiro de 2014.

A Companhia possui ainda, contrato de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, em que a Companhia atua como compradora de energia de Furnas Centrais Elétricas S.A. de 47,318 megawatts médios, com prazo de suprimento compreendido entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2027.

Em 05 de fevereiro de 2015, a Companhia firmou, com Furnas Centrais Elétricas S.A., contrato de venda de energia e recebeu, em 06 de fevereiro de 2015, o montante de R\$ 122.395, correspondente a R\$ 130.000, líquidos de retenção de impostos, referentes a essa venda e que estão sendo atualizados por IPCA. (Nota 16)

Adicionalmente, a Companhia mantém com Eletrobrás Furnas transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia (Nota 13).

Odebrecht Energia do Brasil S.A. - A Companhia possuía saldo de custos financeiros incorridos para que as obras da UHE Santo Antônio ocorressem conforme o cronograma previsto no Contrato de Concessão.

Andrade Gutierrez Participações S.A. O saldo registrado refere-se a custos financeiros incorridos para que as obras da UHE Santo Antônio ocorressem conforme o cronograma previsto no Contrato de Concessão. O saldo é atualizado por TJLP acrescida de 3,1%.

Odebrecht Comercializadora de Energia S.A. - Em 05 de fevereiro de 2015, a Companhia firmou, com Odebrecht Comercializadora de Energia S.A., contrato de venda de energia e recebeu, em 06 de fevereiro de 2015, o montante de R\$ 95.333 referentes a essa venda e que foram atualizados por IPCA. (Nota 16)

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Remuneração dos administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Remuneração	5.154	3.379
Participação em resultados	1.688	
Benefícios diretos e indiretos	258	344
Total	<u>7.100</u>	<u>3.723</u>

28 Informação por segmento

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, localizada no rio Madeira, município de Porto Velho-RO, na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informação por segmento para suas análises.

29 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2017, a Câmara de Comércio Internacional (“ICC”) proferiu sentença julgando substancialmente procedentes os pedidos formulados pela Companhia no âmbito do procedimento arbitral instaurado em face da Energia Sustentável do Brasil (Nota 8).

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Santo Antônio Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Em 21 de março de 2017, emitimos relatório de auditoria contendo opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1 (b), essas demonstrações financeiras, anteriormente emitidas, foram alteradas pela administração da Companhia e estão sendo reapresentadas para refletir correção de erro referente à reclassificação dos dispêndios reembolsáveis e das obrigações com o Consórcio Construtor Santo Antônio de circulante para o não circulante. Consequentemente, a ressalva contida em nossa opinião anteriormente emitida, não é mais aplicável e, portanto, nossa atual opinião, constante deste relatório, não contém qualquer modificação.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Ênfase – Reapresentação das Demonstrações Financeiras", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Porque é um PAA

Situação financeira da Companhia

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2016, excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.144.156.

Para equalização da situação do capital circulante negativo, a administração da Companhia conta com os seguintes principais elementos: (i) reversão do passivo relacionado a contingência regulatória do FID – Fator Interno de Disponibilidade, no valor de R\$552 milhões, registrada no passivo circulante, tendo em vista decisão favorável no âmbito administrativo da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, conforme descrito na Nota 20; (ii) liberação de recursos da conta reserva do serviço da dívida, que deverão ser substituídos por fiança bancária – a conta reserva possui saldo de R\$317.557 apresentado na conta "Depósitos em garantia" no ativo circulante; (iii) geração operacional de caixa, baseada nas projeções de resultado e de fluxos de caixa para os próximos doze meses da data do balanço.

Dadas as circunstâncias acima descritas, consideramos que este foi um dos principais assuntos de nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Dentre outros, realizamos os procedimentos de auditoria descritos a seguir.

Obtivemos memorando de avaliação da capacidade financeira preparado pela administração e confrontamos com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração.

Obtivemos posicionamento dos assessores jurídicos externos da Companhia tratando sobre a situação corrente da contingência regulatória referente ao Fator Interno de Disponibilidade. Obtivemos confirmação de que, como parte do processo de discussão do montante a ser pago, a Companhia obteve decisão preliminar favorável que determina que a ANEEL e a Câmara Comercializadora de Energia Elétrica – CCEE, devem adotar os procedimentos necessários à eficácia de tal decisão nas contabilizações e liquidações da referida câmara.

Avaliamos e testamos, com o apoio de nossos especialistas, a razoabilidade: (i) do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as Projeções; (ii) das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, projeções de inflação, preço de venda e comercialização MW/h, risco hidrológico e taxa de desconto. Adicionalmente, realizamos análises de sensibilidade para as principais premissas das Projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.

Consideramos que as divulgações efetuadas pela administração nas notas explicativas estão consistentes com as informações e dados obtidos.

Porque é um PAA

Investigações e medidas legais que envolvem acionistas indiretos da Companhia (Nota 1(d) às demonstrações financeiras)

Como é de conhecimento público, estão em andamento, desde 2014, investigações conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da denominada Operação Lava Jato, dentre outras operações, que têm por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e à lavagem de dinheiro. Essas investigações e medidas judiciais envolvem empresas, executivos e ex-executivos, empregados e ex-empregados dos Grupos Odebrecht e Andrade Gutierrez, acionistas indiretos da Companhia, e resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal. As investigações e medidas judiciais relacionadas à Operação Lava Jato estão em andamento e as empresas citadas anteriormente firmaram acordos de leniência com as autoridades competentes.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude dos julgamentos relevantes e das incertezas e limitações inerentes, particularmente significativas em assuntos dessa natureza, inclusive na determinação de eventual impacto na Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os procedimentos de auditoria aplicados incluíram, dentre outros:

Realizamos entendimento dos controles internos da Companhia a respeito da estrutura de governança e como os responsáveis pela administração fazem a supervisão geral para identificar e endereçar os riscos relacionados ao processo de contratação de fornecedores de bens e serviços.

Realizamos entrevistas com a alta administração e com o Comitê de Ética e obtivemos representação da administração sobre o cumprimento do Código de Conduta e Programa de Compliance Companhia.

A partir de informações públicas de pessoas e empresas citadas em denúncias da Operação Lava Jato e seus reflexos, realizamos testes no cadastro de fornecedores e na relação dos lançamentos contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com o objetivo de identificar entidades citadas nas referidas denúncias. Adicionalmente, testamos transações selecionadas de pagamentos realizados durante o ano de 2016.

Consideramos que a divulgações na nota 1d) em relação ao Programa de Compliance estão consistentes com as informações e representações obtidas.

Porque é um PAA

Situação financeira da Companhia

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2016, excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.144.156.

Para equalização da situação do capital circulante negativo, a administração da Companhia conta com os seguintes principais elementos: (i) reversão do passivo relacionado a contingência regulatória do FID – Fator Interno de Disponibilidade, no valor de R\$552 milhões, registrada no passivo circulante, tendo em vista decisão favorável no âmbito administrativo da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, conforme descrito na Nota 20; (ii) liberação de recursos da conta reserva do serviço da dívida, que deverão ser substituídos por fiança bancária – a conta reserva possui saldo de R\$317.557 apresentado na conta "Depósitos em garantia" no ativo circulante; (iii) geração operacional de caixa, baseada nas projeções de resultado e de fluxos de caixa para os próximos doze meses da data do balanço.

Dadas as circunstâncias acima descritas, consideramos que este foi um dos principais assuntos de nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Dentre outros, realizamos os procedimentos de auditoria descritos a seguir.

Obtivemos memorando de avaliação da capacidade financeira preparado pela administração e confrontamos com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração.

Obtivemos posicionamento dos assessores jurídicos externos da Companhia tratando sobre a situação corrente da contingência regulatória referente ao Fator Interno de Disponibilidade. Obtivemos confirmação de que, como parte do processo de discussão do montante a ser pago, a Companhia obteve decisão preliminar favorável que determina que a ANEEL e a Câmara Comercializadora de Energia Elétrica – CCEE, devem adotar os procedimentos necessários à eficácia de tal decisão nas contabilizações e liquidações da referida câmara.

Avaliamos e testamos, com o apoio de nossos especialistas, a razoabilidade: (i) do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as Projeções; (ii) das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, projeções de inflação, preço de venda e comercialização MW/h, risco hidrológico e taxa de desconto. Adicionalmente, realizamos análises de sensibilidade para as principais premissas das Projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.

Consideramos que as divulgações efetuadas pela administração nas notas explicativas estão consistentes com as informações e dados obtidos.

Porque é um PAA

Investigações e medidas legais que envolvem acionistas indiretos da Companhia (Nota 1(d) às demonstrações financeiras)

Como é de conhecimento público, estão em andamento, desde 2014, investigações conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da denominada Operação Lava Jato, dentre outras operações, que têm por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e à lavagem de dinheiro. Essas investigações e medidas judiciais envolvem empresas, executivos e ex-executivos, empregados e ex-empregados dos Grupos Odebrecht e Andrade Gutierrez, acionistas indiretos da Companhia, e resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal. As investigações e medidas judiciais relacionadas à Operação Lava Jato estão em andamento e as empresas citadas anteriormente firmaram acordos de leniência com as autoridades competentes.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude dos julgamentos relevantes e das incertezas e limitações inerentes, particularmente significativas em assuntos dessa natureza, inclusive na determinação de eventual impacto na Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os procedimentos de auditoria aplicados incluíram, dentre outros:

Realizamos entendimento dos controles internos da Companhia a respeito da estrutura de governança e como os responsáveis pela administração fazem a supervisão geral para identificar e endereçar os riscos relacionados ao processo de contratação de fornecedores de bens e serviços.

Realizamos entrevistas com a alta administração e com o Comitê de Ética e obtivemos representação da administração sobre o cumprimento do Código de Conduta e Programa de Compliance Companhia.

A partir de informações públicas de pessoas e empresas citadas em denúncias da Operação Lava Jato e seus reflexos, realizamos testes no cadastro de fornecedores e na relação dos lançamentos contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com o objetivo de identificar entidades citadas nas referidas denúncias. Adicionalmente, testamos transações selecionadas de pagamentos realizados durante o ano de 2016.

Consideramos que a divulgações na nota 1d) em relação ao Programa de Compliance estão consistentes com as informações e representações obtidas.

Porque é um PAA

Dispêndios reembolsáveis (Nota 8 às demonstrações financeiras)

A Companhia tem registrado contabilmente como "dispêndios reembolsáveis", o valor de R\$ 891.105 mil (líquido de perda por impairment no valor de R\$ 678.551) em 31 de dezembro de 2016, referente ao direito contratual de ressarcimento, junto ao Consórcio Construtor Santo Antônio, de perdas por ela incorridas pelo atraso na antecipação da entrada em operação comercial da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, prevista para dezembro de 2011, mas que ocorreu em março de 2012. As partes vêm discutindo a cobrança desse ressarcimento ao longo dos últimos anos. Atualmente, o processo encontra-se em procedimento arbitral com o intuito de dirimir dúvidas quanto a utilização do limitador contratual aplicado pela Companhia na mensuração do valor dos dispêndios reembolsáveis.

Adicionalmente, a administração da Companhia manteve o registro do impairment sobre os dispêndios reembolsáveis, o que foi objeto de discussão pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 16 de março de 2017, em que se deliberou sobre a recomendação para aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Em razão de divergências entre os conselheiros sobre a manutenção ou não do impairment, a referida recomendação foi aprovada por 6 dos 11 conselheiros (55%), sendo que o Acordo de Acionistas estabelece quórum mínimo de 60% para aprovação desta matéria. Neste contexto, a administração da Companhia enviou as demonstrações financeiras à aprovação na Assembleia Geral Ordinária. Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, pois a mensuração dos dispêndios reembolsáveis envolveu julgamentos relevantes por parte da administração da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Dentre outros, efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

Obtivemos entendimento do desenho dos controles internos para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação da estimativa de ressarcimento dos gastos.

Inspecionamos o relatório de asseguarção do cálculo do ressarcimento dos dispêndios reembolsáveis, emitido por especialistas externos contratados pela administração, para a data-base de 31 de dezembro de 2016, e confrontamos as principais premissas utilizadas para o cálculo com o Contrato para Implementação da UHE Santo Antônio e seus aditivos, bem como como Contrato de Concessão e seus aditivos.

Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas, bem como a competência técnica dos especialistas externos contratados pela Companhia.

Obtivemos confirmação das posições dos assessores jurídicos externos sobre a validade da cobrança do ressarcimento nos termos do contrato firmado entre a Companhia e o consórcio.

Testamos o cálculo dos valores relacionados ao ativo, inclusive de atualização monetária, em 31 de dezembro de 2016.

Consideramos que as premissas utilizadas pela administração para a determinação e mensuração dos dispêndios reembolsáveis pelo atraso da entrada em operação da Usina são razoáveis, suportadas por posições de consultores jurídicos e que as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10 às demonstrações financeiras)

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui registrado R\$ 588.161 mil de imposto de renda e contribuição social diferidos, substancialmente oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Esses créditos foram registrados na medida em que a administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a sua utilização.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a análise de realização destes ativos envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras, advindas das projeções de resultado da Companhia, que levam em consideração diversas premissas, dentre as quais, a capacidade de geração de energia no futuro (impactada por riscos hidrológicos), o preço contratado e corrigido dessa energia, além de premissas de custo operacionais e financeiros da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes procedimentos:

Obtivemos entendimento do processo de revisão do plano de negócios que é utilizado para a análise da realização do imposto de renda e contribuição social diferidos contendo o período de 2017 até 2043 (prazo de encerramento do contrato de concessão).

Envolvemos nossos especialistas em temas tributários, assim como os de avaliação de empresas, para nos auxiliar nos testes dos cálculos dos créditos e em relação aos modelos e premissas críticas utilizados pela administração. Comparamos essas premissas com informações macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como comparamos as informações dessas projeções com orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Analizamos a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos acumulados ao longo do exercícios futuros, bem como discutimos as premissas utilizadas pela administração nas suas projeções. Testamos a coerência lógica e aritmética dos cálculos apresentados nas projeções, efetuamos testes de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.

Adicionalmente, analisamos os prazos de realização considerados nos estudos da Companhia para testar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores e efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para a determinação dos créditos tributários, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 10 de maio de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Fábio Cajazeira Mendes
Contador CRC 1SP196825/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e, exceto pela divergência com relação ao tema objeto de ressalva pelos auditores independentes, concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, CRC 2SP000160/O-5.